



Avaliação em Psicologia

Avaliação Psicológica

Conceito, Métodos e Instrumentos

conceito

métodos

instrumentos

medidas

João Carlos Alchieri
Roberto Moraes Cruz

Casa do Psicólogo®

Avaliação Psicológica:
CONCEITO, MÉTODOS E INSTRUMENTOS

João Carlos Alchieri

Roberto Moraes Cruz

Avaliação Psicológica:
CONCEITO, MÉTODOS E INSTRUMENTOS

Coleção Avaliação em Psicologia



Casa do Psicólogo®

1ª Edição
2003

2ª Edição revisada e atualizada
2004

1ª Reimpressão
2006

3ª Edição
2007

4ª Edição
2009

1ª Reimpressão
2010

Editores
Ingo Bernd Gtintert e Silésia Delphino Tosi

Produção Gráfica & Editoração Eletrônica
André Cipriano

Revisão Gráfica
Neuza Aparecida Rosa Alves

Capa
Willian Eduardo Nahme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alchieri, João Carlos

Avaliação psicológica : conceito, métodos e instrumentos /
João Carlos Alchieri, Roberto Moares Cruz. — São Paulo :
Casa do Psicólogo®, 2010. — (Coleção Avaliação em Psicologia)

1. reimpr. da 4. ed. de 2009.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7396-242-0

1. Psicometria 2. Testes psicológicos I. Cruz, Roberto Moraes.
II. Título. III. Série.

10-11800

CDD-150.287

Índices para catálogo sistemático:

1. Avaliação psicológica 150.287
2. Testes psicológicos 150.287

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à



Casapsi Livraria e Editora Ltda.
Rua Santo Antônio, 1010
Jardim México • CEP 13253-400
Itatiba/SP – Brasil
Tel. Fax: (11) 4524-6997
www.casadopsicologo.com.br

Sumário

1. A Avaliação Psicológica no Brasil	11
1.1 Desenvolvimento histórico.....	12
2. Avaliação Psicológica: Campo de Conhecimento e Objetivos	21
2.1 Caracterização da avaliação psicológica e suas definições.....	22
2.2 Os critérios da Avaliação Psicológica.....	24
2.3 Medida.....	26
2.4 Instrumento.....	28
3. Observação e Medida de Processos e Fenômenos Psicológicos	35
3.1 Recursos em Avaliação Psicológica.....	38
3.1.1 Caracterização dos instrumentos.....	39
3.1.2 Classificação dos testes.....	43
3.1.3 Instrumentos psicológicos e suas características psicométricas.....	46
3.1.4 Situação atual dos instrumentos psicológicos brasileiros.....	49
3.1.5 Estudos atuais sobre os Instrumentos de Avaliação Psicológica.....	52

4. Procedimentos para o Uso de Instrumentos	
Psicológicos.....	57
4.1 Principais aspectos a serem observados na aplicação de testes psicológicos.....	62
5. Os Instrumentos Psicológicos Comercializados no Brasil	69
5.1 Descrição das principais características técnicas dos testes psicológicos.....	75
ACRE - Teste de Atenção Concentrada, Rapidez e Exatidão.....	75
TEPEM - Teste de Prontidão Emocional para Motorista...	77
G-36 - Teste Não Verbal de Inteligência.....	78
G-38 - Teste Não Verbal de Inteligência.....	81
R -1 - Teste Não Verbal de Inteligência.....	83
CPS - Escalas de Personalidade de Comrey.....	85
BFM - 1 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Testes de Atenção.....	87
BFM - 2 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Teste de Memória.....	90
BFM - 3 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Teste de Raciocínio Lógico.....	92
AC - Atenção Concentrada.....	93
AC-15 Atenção Concentrada.....	95
Matrizes Progressivas - Escala Avançada.....	97
Matrizes Progressivas - Escala Geral.....	98
Teste D-70.....	100
Teste dos Conjuntos Emparelhados.....	102
16 PF - Questionário dos 16 Fatores de Personalidade	103
ID ATE - Inventário de Ansiedade Traço-Estado.....	106
RF - Reprodução de Figuras.....	108
STAXI - Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço.....	109
Z - Test- Zulliger.....	111

IFP - Inventário Fatorial de Personalidade.....	112
Psicodiagnóstico Miocinético - PMK.....	115
Teste de Completamento de Desenhos - WARTEGG.....	117
6. Competências e Perfis Profissionais em	
Avaliação Psicológica	119
Referências	123

P r e f á c i o

O objetivo deste livro é poder auxiliar profissionais, professores, pesquisadores e alunos a caracterizar o processo de conhecimento e os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de uma investigação científica em avaliação psicológica, na medida em que possam contribuir para o exame crítico dos fenômenos humanos cotidianos e para o redimensionamento de ações voltadas à melhoria das condições de vida em sociedade.

Para tanto, partimos do pressuposto de que os leitores desse livro se revelem curiosos e determinados para o desenvolvimento da capacidade intuitiva e do pensamento sistemático necessários à ampliação da percepção e do conhecimento sobre medida de fenômenos e processos psicológicos. Em nossa compreensão, esse pressuposto representa o ponto de partida para a construção da atitude de dimensionar aspectos ou variáveis envolvidas em contextos de investigação que necessitem ser interpretados com base na mensuração da ocorrência ou tendência de instalação ou manutenção de determinadas condutas humanas.

Os autores

1. A Avaliação Psicológica

no Brasil

Uma das características básicas do conhecimento científico é o esforço em não se restringir à descrição de fatos separados e isolados, mas tentar apresentá-los sob o estatuto do contexto histórico e social de onde derivam e do estado da arte das pesquisas relacionadas. O corpo de conhecimentos e as práticas de intervenção profissional organizados em torno do que foi denominado de Avaliação Psicológica são frutos da ampliação sistemática do conhecimento sobre as relações entre o desempenho das funções psicológicas, os estados do organismo e as características das condutas humanas.

O desenvolvimento de sistemas teóricos e termos técnicos oriundos desse corpo de conhecimentos teve como objetivo permanente a necessidade de gerar métodos e instrumentos de observação e medida de fenômenos e processos psicológicos, de forma a responder às necessidades de formulação de teorias gerais sobre as características e as diferenças individuais e o modo de expressão de condutas humanas específicas.

A compreensão dos desafios e problemas enfrentados na geração de um campo de conhecimentos e de intervenção em

avaliação psicológica no Brasil demanda, em nosso entendimento, uma avaliação crítica do processo histórico e dos determinantes teórico-metodológicos que sustentaram, ao longo do tempo, um corpo de conhecimentos técnicos sobre medidas de processos e fenômenos psicológicos.

1.1 Desenvolvimento histórico

Em um trabalho sobre os aspectos do desenvolvimento histórico da avaliação psicológica no Brasil, Pasquali & Alchieri (2001) destacam alguns dos principais períodos da trajetória de desenvolvimento do campo de conhecimento e da inserção da avaliação psicológica; a saber:

1836-1930: produção médico-científica acadêmica;

1930-1962: estabelecimento e difusão da psicologia no ensino nas universidades;

1962-1970: criação dos cursos de graduação em psicologia;

1970-1987: implantação dos cursos de pós-graduação;

1987-: emergência dos laboratórios de pesquisa em avaliação psicológica.

Esses são períodos em que se pode assinalar pontos de crescimento da produção técnica e científica quanto aos principais objetivos desenvolvidos na psicologia brasileira. Para caracterizar os avanços da Avaliação Psicológica é imprescindível contextualizar alguns eventos e fatos ao longo da história da psicologia no Brasil e, assim, verificar o desenvolvimento desta área.

Podemos afirmar que o desenvolvimento da psicologia no

Brasil está diretamente associado à sistematização de conhecimentos sobre processos básicos psicológicos e ao uso experimental de medidas psicológicas para verificação de estágios de desenvolvimento e de aprendizagem humanas. O período de 1836 a 1930 pode ser considerado como um momento fecundo de aprofundamento desses conhecimentos por meio dos estudos e publicações oriundos especialmente da produção médica, científica e acadêmica.

Nos cursos de medicina das Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia aparecem os primeiros estudos de psicologia no Brasil; em 1836, especificamente, a tese de Manuel Inácio de Figueiredo, e no ano de 1843, a de José Augusto César de Menezes. No Rio de Janeiro, surge a primeira tentativa de estruturação do primeiro Laboratório de Psicologia Aplicada à Educação na instituição chamada Pedagogium¹. Desde a sua criação em 1890 até 1897, este Laboratório teve importância na divulgação dos estudos de problemas psicológicos no meio acadêmico pedagógico.

Em 1897, José Joaquim Medeiros e Albuquerque foi nomeado diretor de instrução pública na capital da República e imprimiu um caráter de centro de cultura superior aberto ao público, realizando uma conferência sobre fisiologia do sistema nervoso. Medeiros e Albuquerque foram pioneiros na divulgação da teoria periférica das emoções de William James e Lang, no Brasil, um dos primeiros autores a escrever sobre psicanálise e, também, o primeiro a publicar um livro sobre testes psicológicos (em 1924). Em 1900, com a divulgação da tese de Henrique Roxo: *“Duração dos atos psíquicos elementares”*, a psicologia é

1. Instituição de aperfeiçoamento pedagógico de professorado que funcionou até 1917 no Rio de Janeiro/RJ.

apontada como uma ciência fundamental da propedêutica psiquiátrica, com a primeira investigação de ordem propriamente científica fundamentada em documentação experimental.

Para se poder ter uma idéia da representação da ciência psicológica no meio acadêmico, na Faculdade de Medicina da Bahia, entre 1840 e 1900, foram defendidas 42 teses com assuntos relacionados à psicologia. Uma das primeiras a apresentar uma preocupação objetiva sobre a natureza das funções psicológicas é a de Francisco Tavares da Cunha, defendida em 1851, sob o título “*Psicofisiologia acerca do homem*” e, como se pode observar, 28 anos antes da consagrada instalação do Laboratório de Psicologia Experimental de Wundt.

No período subsequente, entre os anos de 1901 e 1931, foram apresentadas na Faculdade do Rio de Janeiro 22 teses versando sobre neuropsiquiatria, psicofisiologia e neurologia, diferentemente dos temas tratados nas teses produzidas na Faculdade de Medicina da Bahia que eram mais expressivos em criminologia, psiquiatria forense, higiene mental e aspectos de psicologia social e pedagógica. Nesses estudos, Maurício de Medeiros ocupa lugar de preeminência com sua tese sobre “*Métodos na psicologia*” (1907), em que discute a observação por meio da lingüística e da crítica literária, antecipando-se à análise social e projetiva da personalidade.

Quase ao mesmo tempo em que havia movimento da psicologia pedagógica no Rio de Janeiro, em setembro de 1914 é inaugurado, na Escola Normal de São Paulo, o Laboratório de Pedagogia Experimental, sob direção do especialista italiano Ugo Pizzoli, que tinha como foco de interesse os estudos sobre memória, inteligência infantil e psicomotricidade. Neste mesmo

ano, assume a cátedra de psicologia e pedagogia Antônio de Sampaio Dória, bacharel em direito, que faz a primeira menção ao uso de testes mentais, muito embora não os houvesse utilizado sistematicamente. Os primeiros ensaios com testes aparecem citados no Rio de Janeiro, por volta de 1918, nos trabalhos do médico pediatra Fernandes Figueira que, pela primeira vez, aplica testes de inteligência (provas de Binet-Simon) na avaliação de internos do Hospício Nacional.

Um outro centro de intensa atividade surgiu em 1923, no Laboratório de Psicologia do Hospital do Engenho de Dentro, primeiro laboratório experimental do Brasil chefiado pelo especialista polonês W. Radecki. No Recife, o psiquiatra Ulisses Pernambuco cria, em 1925, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional de Pernambuco (ISOP), instituição responsável por extensas investigações sobre medidas de nível mental e de aptidões, com o emprego de testes. Esse núcleo prosseguiu ativamente em seus trabalhos por mais de dez anos: Anita Pais Barreto publica numerosos trabalhos sobre medidas mentais, Aníbal Bruno aplica os testes “Alpha Army” do exército americano a grupos de universitários e Sílvio Rabelo inicia a investigação do grafismo infantil e publica, em 1931, a primeira contribuição nessa área, baseada nos testes de Decroly.

Na Bahia, desde 1924, o educador Isaías Alves inicia uma longa observação do desenvolvimento dos pré-escolares e desenvolve extensas pesquisas com os testes Ballard. Centrou suas pesquisas nos denominados testes mentais e realizou os primeiros estudos de adaptação da escala Binet-Simon, na revisão de Cyril Burt, publicados em 1926, nos Anais médico-sociais da Bahia.

Em 1927, Henri Pierón chega a São Paulo, onde leciona

Psicologia Experimental e Psicometria e, em 1928, uma importante pesquisa com os testes de desenho de Goodenough é realizada por Bueno de Andrade e Celsina F. Rocha. Em março de 1929 surge o Laboratório Psicológico Theodore Simon da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, sob orientação de Simon, colaborador de Alfred Binet e de Leon Walther. Neste laboratório, sob a chefia de Helena Antipoff, foram realizadas acuradas investigações sobre inteligência geral e biótipo; inteligência, meio social e escolaridade; inteligência e vocabulário; orientação e seleção profissional; homogeneização de classes escolares; personalidade e tipos de crianças; memória, aprendizagem e testemunho; motricidade e fadiga; julgamento moral e julgamento social. Além dessas investigações foram realizadas adaptações e revisões de numerosos testes de inteligência e aptidão tendo, inclusive, preparado testes originais para medida psicológica e verificação do rendimento do ensino.

Por meio da Comissão de Serviço Público Civil, em 1936, o movimento de seleção profissional alcança o serviço público: em 1938 é organizado o Departamento Administrativo do Serviço Público e, em 1939, instala-se o Serviço de Seleção Profissional. Nesta época, destaca-se, entre os principais colaboradores da administração nacional em estudos especializados em educação, o engenheiro Otávio Martins que, mais tarde, se especializou com Thurstone, em Chicago, e realizou no país as primeiras aplicações do método de análise multifatorial no teste ABC.

A Psicologia no Brasil firmou-se nas décadas de 20 e 30 do século passado, onde foram criadas as condições iniciais para um desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, e que seriam predominantemente influenciadas por três vertentes distintas:

Instrumentalização do conhecimento psicológico no meio pedagógico, com o uso de uma série de conceitos e instrumentos de exame das condições cognitivas voltadas para a aprendizagem e avaliação do desenvolvimento da linguagem; Produção científica no meio acadêmico e a geração de processos de intervenção clínica na psiquiatria e psicologia (nos hospitais, manicômios e outras instituições assistenciais de saúde); e,

Introdução progressiva do conhecimento oriundo da psicologia industrial e do trabalho, com forte influência inglesa, como por exemplo, o trabalho do engenheiro Roberto Mange na seleção e orientação de ferroviários, em São Paulo (Hoffmann, 1995; Cruz, 2002).

Um dos primeiros setores do mundo social do trabalho em que se deu a aplicação da Psicologia, realizada ainda por profissionais não especializados mas precursores neste tipo de empreendimento, foi o setor de transportes, origem, nesse sentido, do campo de atuação da Psicologia do Trânsito. As características mais importantes desta etapa histórica foram assinaladas por Hoffmann e Cruz (2003) na evolução institucional de empresas públicas e privadas de transportes por meio da criação de instituições de seleção e treinamento industrial e de trânsito: Laboratório de Psicotécnica na Estrada de Ferro Sorocabana; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTTC) em São Paulo com o Serviço Psicológico destinado à seleção de condutores de veículos e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), todos sob direção de Roberto Mangue, um expoente da Psicologia de

Trânsito no Brasil (Carelli, 1975).

Em abril de 1951, o ISOP começou a examinar os candidatos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação através de entrevistas, provas de aptidão e personalidade e, em 1962, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estendeu o exame psicotécnico a todos os candidatos a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Como se pode observar, o desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil esteve estreitamente vinculado ao desenvolvimento de pesquisas, do ensino de técnicas e procedimentos ligados aos instrumentos psicológicos em sua aplicação no país, sendo que o número de instrumentos autóctones, ainda hoje comercializados, é superior aos testes adaptados (Noronha, Alchieri & Primi, 2001).

Nos anos de 1960 a psicologia se caracteriza pela regulamentação dos cursos de formação (graduação) e a conseqüente expansão do ensino de psicologia no Brasil. A regulamentação da psicologia como disciplina e também como profissão foi realizada pela lei nº 4119 de 1962, culminando com a criação do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia em 1974, pela lei 5.766. Com a Fundação Getúlio Vargas fundou-se o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) sob a direção Emilio Mira y López. Esta instituição se converteria no principal agente dinamizador da Psicologia brasileira e modelo de avaliação na América Latina.

Mas, ao final da década de 60, com o crescimento do número de cursos de psicologia e a conseqüente necessidade de professores para o ensino, houve um certo comprometimento na qualidade da profissionalização dos psicólogos, especialmente na área

de avaliação psicológica, com um crescente desinteresse pela aprendizagem de medidas psicológicas, descrédito e uma certa banalização no uso dos instrumentos objetivos, associados ao engessamento na pesquisa e na construção de instrumentos nacionais, bem como na atualização dos testes em uso. Cabe destacar que estes aspectos são observados também nos demais países e sua produção técnica da área, representando um movimento cultural de reação à quantificação, ao positivismo e suas manifestações técnicas (Pasquali & Alchieri, 2001).

A partir de 1980 observa-se uma nova retomada no desenvolvimento da área com a criação de cursos de pós-graduação em psicologia no país, qualificação profissional de professores da área, aumento do número de pesquisas e criação de instrumentos; entre a década de 90 e início de 2000, de forma crescente e expressiva, são criados diversos laboratórios de avaliação psicológica responsáveis pelo aumento na qualificação de pesquisadores e profissionais em medidas psicológicas (Noronha, Alchieri & Primi, 2001).

É possível concluir nesta breve revisão histórica a participação ativa da produção do conhecimento em avaliação psicológica no fomento e no desenvolvimento da psicologia brasileira. Podemos afirmar que hoje, os diversos trabalhos, em distintas tradições de pesquisa, ensino e intervenção profissional em avaliação psicológica são promissores pelo incremento que a área vem tendo em relação aos trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais, com expressiva produção de artigos e livros nacionais, inclusive já sendo traduzidos para outros idiomas (Hutz & Bandeira, 2003).

2. Avaliação Psicológica: Campo de

Conhecimento e Objetivos

A estruturação de um campo de estudos é um exercício constante de especulação sobre a realidade que nos cerca, através da criação de modelos teóricos explicativos, da elaboração de metodologias e técnicas de intervenção capazes de nos instrumentalizar sobre esta realidade. A necessidade de explicar as condutas dos indivíduos em diferentes situações criou a possibilidade de estruturar modelos de investigação sobre as características e as dimensões dos processos psicológicos subjacentes à natureza das condutas.

As diferentes disciplinas criadas ao longo da construção do saber psicológico têm buscado permanentemente construir explicações sobre as finalidades e tendências das condutas humanas. A constituição de uma sub-área do conhecimento psicológico, conhecida como Avaliação Psicológica, a partir dessa orientação geral, se afirmou historicamente como uma disciplina que tem por objetivo medir fenômenos ou processos psicológicos.

A trajetória de afirmação da Avaliação Psicológica como campo de conhecimento e de intervenção surgiu de uma série de situações práticas de explicação sobre problemas humanos (transtornos e descompensações psicológicas relacionadas ao

aprendizado, a interação social e a adaptação na atividade de trabalho, ambos calcados em um certo formalismo teórico e baseados no uso extensivo de técnicas de exame). Em meio a essa afirmação, subsiste a necessidade de responder às demandas sociais e às possibilidades de avaliação e previsão da conduta dos indivíduos, a partir da leitura de suas condições de existência e de sua ação individual ou coletiva.

2.1 Caracterização da avaliação

PSICOLÓGICA E SUAS DEFINIÇÕES

Atualmente, a extensão da atividade da avaliação psicológica na prática profissional dos psicólogos não a nomeia como distinta, ou seja, não é possível referir-se a uma avaliação, caracterizá-la e querer definí-la por sua finalidade (avaliação seletiva, avaliação psico-educacional, avaliação neuropsicológica, etc), dado que a atividade de avaliar pressupõe a construção de um conhecimento que será, nesse caso, sobre fenômenos psicológicos delimitados pelas condições teóricas, metodológicas e instrumentais do trabalho do psicólogo.

Um ponto de partida a considerar, entretanto, é o uso das definições de avaliação psicológica centrada em suas terminologias mais utilizadas: exame psicológico, psicotécnico e psicodiagnóstico. Essas definições mostram-se muito difundidas no senso comum, na caracterização das atividades do trabalho psicológico por leigos e por profissionais e que merecem ser esclarecidas em suas distinções e naquilo que convergem para o

conceito de avaliação psicológica de um modo geral.

O termo exame psicológico é comumente associado a procedimentos de avaliação psicológica utilizados para fins de seleção de profissionais nas empresas, concursos públicos e obtenção de carteira de motorista. Historicamente, para a maioria das pessoas (e também para os psicólogos), os exames psicológicos na área do trânsito são conhecidos como sinônimos de psicotécnicos, especialmente em razão da associação com o trabalho dos técnicos que realizavam esses exames, antes mesmo da profissão de psicólogo existir oficialmente no Brasil (Cabral & Nick, 1997; Hoffmann & Cruz, 2003).

O psicodiagnóstico, por sua vez, é um termo intimamente associado ao trabalho de avaliação psicológica realizado em situações de atendimento clínico, notadamente de natureza consultorial, configurado, na maioria dos casos, como uma atividade com início e fim previstos a curto e médio prazo, e que tem por finalidade realizar diagnóstico e encaminhamentos específicos para processos terapêuticos (Sillamy, 1998; Cabral & Nick, 1997).

Esta pseudodistinção entre aspectos clínicos e seletivos, que determina a utilização de expressões como psicotécnico e psicodiagnóstico, perpassa os limites do plano conceitual e fixa inclusive uma distinção prática, a dos honorários distintos sugeridos pelo sindicato da categoria, onde uma avaliação por psicodiagnóstico vale o dobro de um psicotécnico. Mas onde estão os fundamentos desta diferença? Existem planos distintos de avaliações psicológicas? Nos parece que não, embora tenhamos, sim, um sistema valorativo, baseado em percepções nem sempre objetiva, por parte da comunidade dos psicólogos e da população

em geral, sobre o que é e como se processa uma atividade denominada de avaliação psicológica (Alchieri, 1999; Cruz, 2002).

De uma forma geral podemos afirmar que avaliação psicológica se refere ao modo de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de diagnóstico e prognóstico e, ao mesmo tempo, aos procedimentos de exame propriamente ditos para criar as condições de aferição ou dimensionamento dos fenômenos e processos psicológicos conhecidos.

De uma forma ou de outra, a avaliação de fenômenos e processos psicológicos e a investigação de características dos padrões comportamentais humanos, encontra-se respaldada nos pressupostos derivados da medida. Medir apresenta-se como um correlato de identificação e caracterização de um determinado fenômeno psicológico. Como se sabe, o instrumento ou teste é uma forma objetivamente definida para a mensuração de determinadas características do comportamento humano, o que exige um processo cuidadoso de elaboração. Em pesquisa, a maneira como esta atividade é conduzida está intimamente vinculada à especificidade dos instrumentos utilizados (Muniz, 1996). Para que um teste psicológico seja considerado adequado ao uso, quer em situação de avaliação clínica ou mesmo em pesquisas, deve satisfazer certos critérios técnicos fundamentais na realização da avaliação.

2.2 OS CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Podemos representar a avaliação psicológica como sendo a resultante de três critérios ou aspectos interdependentes, a saber: a medida, o instrumento e o processo de avaliação. Cada um

deles possui uma representação teórica e metodológica própria e que concebe assim, de forma constitutiva, uma via própria de compreensão do seu objeto de investigação, denominado de fenômenos ou processos psicológicos.

E possível trabalhar com a idéia da medida, descrever suas características e vicissitudes frente a qualquer aspecto do conhecimento, conforme temos idéia de outras ciências como a física, engenharia e mesmo a medicina. Contudo, se a representarmos como parte de um fenômeno psicológico estamos representando sua equivalência para o âmbito do psíquico, como maneira de mensurarmos uma comparação entre expressões de fenômenos.

Assim, é possível verificar que a medida pode auxiliar a desdobrar o universo dos fenômenos, desde que suas características principais - axiomas - estejam representadas; ela não somente atende a possibilidade de compreendermos o mundo, mas principalmente se tivermos a necessidade de conseguir obter novos fatos e observações. Para tanto, se faz necessário aumentar nosso poder sensorial e o uso de instrumentos e testes.

A coleta de novos dados promove o entendimento das relações dos fatos com a idéia que temos dos fenômenos e suas representações empíricas, mas não pode limitar ou mesmo determinar a ciência como sendo decorrente dos seus resultados. Os dados obtidos não são nada mais que novas observações, e o fato de serem extraídos de instrumentos não necessariamente lhes confere um caráter mais aceitável. Há a necessidade de se ter uma base teórica que permita dar sentido aos fatos relacionando-os com os dados obtidos por meio da medida do fenômeno ou processo psicológico contextualizado. Sentido esse que possibilita a interpretação dos resultados obtidos mediante uma sintaxe própria.

Qualquer um desses aspectos citados pode ser realizado em separado e ter um fim em si mesmo, mas não poderá ser designado como uma avaliação psicológica, pois ela é uma resultante, uma combinação desses aspectos isolados.

Para demonstrar sua pertinência, apresenta-se abaixo a exposição de cada um dos pontos caracterizando suas propriedades e estabelecendo uma distinção valorativa. Como o interesse estará centrado nos aspectos instrumentais, amplia-se a observação sobre este ponto, mas cabe o leitor estar ciente de que não se faz qualquer forma de privilégio sobre os demais.

2.3 Medida

Tomamos como ponto de partida que qualquer avaliação é uma forma de comparação entre um e outro objeto, e como tal, é uma mensuração e deve claramente representar a validade entre o fenômeno e os pressupostos do uso da linguagem matemática. Desde o início da linguagem a representação matemática se manifestou como uma das principais formas de representar e perceber as características do mundo; desenvolvida e aperfeiçoada com o passar do tempo pelas diversas culturas, representou um avanço do pensamento e da capacidade de abstração humana. Todas as ciências valem-se de uma forma de análise e representação de suas idéias, mediante o uso da representação matemática de seus fenômenos. Assim, podem, além de representar, verificar sob o prisma da equação matemática sua expressão, testando sua pertinência, enquanto observação válida ou não, sob determinadas condições.

O fato de realizar operações científicas para estudar fenômenos e processos psicológicos supõe que uma das maneiras mais objetivas de observar e avaliar é através da medida. É lícito representar os fenômenos psicológicos com base na linguagem matemática se atendidas as suas definições operacionais (axiomas). Estes foram categorizados em três grandes grupos axiomáticos: os axiomas da identidade, da ordem e da aditividade.

Os primeiros tratam do conceito de que algo é igual a si mesmo e somente a ele é idêntico, e que se distingue de todas as outras coisas por suas características (identidade). Os números possuem esta similitude conceitual, um número é somente igual a si e representa somente este aspecto. Esta semelhança do axioma, se atendida, pode dar à representação fenomênica os mesmos atributos que a identidade numérica. Sua representação pode possibilitar a expressão nominal das variáveis.

Por sua vez, os axiomas da ordem preconizam que os números não somente são distintos entre si (identidade), mas que esta diferença é expressa também em termos da quantidade, da grandeza e da magnitude. Desta forma os números, diferentes entre si, podem ser organizados nesta distinção em uma sequência invariável, hierarquicamente definida pelos seus atributos, ao longo de uma escala crescente. A representação desse axioma possibilita as operações de ordem nas variáveis.

Os axiomas da aditividade postulam que os números podem ser somados de modo a permitir que de dois números a operação resulte num terceiro número e que este seja exatamente a soma das grandezas dos dois números anteriores somados. Sendo uma ação empírica sobre a realidade, a medida, ao se valer de números para descrever os fenômenos, deve representar pelo

menos um dos três axiomas expostos acima, o que caracterizaria como logicamente legítima. Mantendo o mesmo raciocínio, quanto mais axiomas forem representados no processo da medida, mais úteis se tomam para a representação e a descrição da realidade empírica.

Tais pressupostos guiam o processo de avaliação, embasado pela compreensão que a teoria fornece. Os pressupostos da medida são uma questão extremamente fundamental, embora importantes no contexto da aplicabilidade da mensuração, são características per se, não devem ser tomados como sendo o sentido da medida.

São as teorias explicativas do comportamento que justificam, e conseqüentemente revestem de sentido, a necessidade da medida sobre este ou outro fenômeno. Se este ponto for descuidado por um profissional, a medida tomada poderá ser interpretada em si mesma e então, o resultado de um procedimento qualquer, poderá valer mais que os sentidos teóricos, subjacentes ao entendimento do fenômeno. Conhecer os axiomas da medida é relevante para dar ao seu uso uma orientação em seus resultados, bem como poder circunscrever seus limites e ter desenhado sua abrangência (Pasquali, 1996).

2.4 Instrumento

Um instrumento pode ser considerado como qualquer forma de estender nossa ação ao meio e assim, poder minimizar nossas limitações em uma ação investigativa da observação, maximizando a eficácia da obtenção de dados e os seus resultados.

No caso da investigação psicológica denominamos estes instrumentos de testes psicológicos, entendendo que possam representar pela medida, uma determinada ação que equivale a um comportamento, e assim, indiretamente, mensurar este aspecto comportamental. Na avaliação psicológica, os testes são instrumentos objetivos e padronizados de investigação do comportamento, que informam sobre a organização normal dos comportamentos desencadeados pelos testes (por figuras, sons, formas espaciais, etc.), ou de suas perturbações em condições patológicas. Visam assim avaliar e quantificar comportamentos observáveis, através de técnicas e metodologias específicas, embasadas cientificamente em construtos teóricos que norteiam a análise de seus resultados (Aiken, 1996).

A investigação do comportamento através dos testes se dá com a aplicação de diversas técnicas, apoiadas no tipo de avaliação que se pretende fazer, ou seja, no que se pretende investigar. Cada teste tem uma descrição metodológica específica, com a finalidade de controlar e excluir quaisquer variáveis que venham a interferir no processo e nos resultados, para que se obtenha um resultado preciso das reais condições do avaliando. Para que estes testes possam ser utilizados devem ter a qualidade de sua ação verificada através de procedimentos metodológicos, que assegurem sua eficácia e eficiência.

Uma das especialidades psicológicas, que busca aperfeiçoar as qualidades dos testes é denominada de psicometria e têm relações de origem com disciplinas diversas como a estatística, psicologia experimental, metodológica e computacional.

Na preparação de um instrumento ou teste psicológico, quatro condições são necessárias para garantir a sua qualidade e

possibilidade de uso seguro; a elaboração e análise de itens, estudos da validade, da precisão e de padronização.

Inicialmente num processo denominado de elaboração e análise dos itens, são elaboradas e avaliadas as questões individuais (itens) de um teste. Este processo tem início com a preparação dos itens para a representação do comportamento (atributo de medida). É necessário poder representar no item todas as possíveis variações que o atributo medido possa assumir, sob pena de não contemplar a diversidade das respostas, e com isto, deixar de medir alguma característica do comportamento desejado.

Na análise dos itens a compreensão de leitura e resposta do item, sua capacidade de avaliar um determinado atributo (comportamento), a eficácia da avaliação das questões e a capacidade dos itens em abarcarem todas as possíveis manifestações comportamentais do fenômeno em questão, são investigadas. Nesta etapa é possível ter um grande número de itens que serão avaliados e sua permanência condicionada a satisfação das necessidades técnicas do teste. Não é incomum que muitos itens não sejam aproveitados e conseqüentemente sejam descartados nesta etapa ainda introdutória do trabalho.

O próximo passo em uma segunda etapa é verificar a validade do teste em poder avaliar um comportamento de modo a garantir que realmente se possa medir aquilo que se propõe. Esta etapa tem dois grandes momentos denominados de validade lógica e empírica, cuja distinção está respaldada na avaliação das respostas dos sujeitos. É um ponto crucial da elaboração de um teste ter assegurado a verificação desta qualidade, expressada nas características do conceito do comportamento a ser avaliado, das diversas manifestações que ele pode expressar, da equivalência

de sua medida com outras formas similares de avaliação e na possibilidade desta mensuração ter um caráter preditivo na avaliação do comportamento.

Numa etapa posterior a verificação da análise dos itens, e da validade do teste, é necessário identificar se a medida efetuada pelo instrumento pode ser tomada como consistente e não passível de sofrer modificações alheias à manifestação do comportamento. O processo denominado de precisão ou fidedignidade tem como objetivo verificar a consistência das respostas obtidas pelos sujeitos no teste. É uma maneira de se calibrar o instrumento, ajustá-lo especificamente a forma da avaliação. Com auxílio da estatística e procedimentos metodológicos é possível comparar o instrumento com outras formas semelhantes de ver aquele comportamento, as respostas de grupos de respondentes com outros testes similares, obtendo uma forma de estabilidade das respostas (Pasquali, 2001; Muniz, 1996).

Estando satisfeitas todas as condições anteriores, inicia-se um último procedimento que tem como objetivo o estabelecimento de normas para a utilização do teste. Uma primeira norma está na constituição do instrumento (como deve ser apresentado, qual o número de páginas, que tipo de papel e qual disposição dos itens). Uma outra necessidade de normatização está na elaboração da forma de aplicação do teste: para que idade ele é indicado, se pode ser aplicado a um nível de escolaridade distinta ou pode valer para qualquer nível, se a indicação de ser aplicado em grupo ou individual, dentre outras. Por fim, um último grupo de normas, refere-se à classificação dos resultados obtidos pelos respondentes. Dentre os diversos tipos de normas de resultados (percentil, escores padronizados ou classificação

dos comportamentos) qual é a mais indicada e como pode obtê-la. Esta última ainda tem um caráter temporário na manutenção de suas condições, necessitando ser atualizada de tempos em tempos de forma a garantir, por exemplo, a medida das variações culturais (Anastasi & Urbina, 2000). Estando atendidas as condições psicométricas do instrumento, este pode ser considerado um teste psicológico e utilizado com toda a segurança para poder tomar as medidas do fenômeno psicológico.

Os instrumentos neuropsicológicos utilizados nos grandes centros internacionais consistem basicamente de baterias de testes que avaliam um vasto conjunto de habilidades e competências cognitivas, assim como uma variedade de funções perceptuais e motoras. Pode se incluir também, enquanto indicativos de avaliação, a avaliação do funcionamento intelectual, competência acadêmica, estados emocionais e padrões mais constantes da reação da personalidade; como formas diferenciadas de se verificar a expressão de entendimento e compreensão do paciente nas suas atividades pregressas e atuais.

O conhecimento obtido pela avaliação psicológica é um conhecimento orientado por teorias psicológicas que representam sistemas conceituais e que podem auxiliar “...a encontrar a inteligibilidade dos fenômenos presentes no diagnóstico psicológico, entendendo e interpretando, articulando e organizando, sintetizando e universalizando nossa experiência” (Cruz, 2002, p. 7).

Este é um dos pontos cruciais do trabalho na avaliação psicológica: representar a expressão de resultados, indicadores, sintomas e idéias quanto ao entendimento destes dentro de um plano teórico. O profissional necessita não somente ter conhecimento dos instrumentos e sua utilização, mas especialmente estar atualizado

sobre as mais recentes teorias, dos mais diversos campos de conhecimento.

Para a psicologia, especialmente a avaliação psicológica, com o advento da ciência cognitiva, a ênfase dos estudos psicológicos deixa o comportamento e passa a incidir também sobre os processos cognitivos de representação, percepção e análise da realidade. A psicologia cognitiva apresenta um amplo leque de interesses e linhas de trabalho, desde os aspectos funcionais do processamento cognitivo, a representação cognitiva, o processamento de informações e até as estratégias comportamentais apresenta uma possibilidade teórica e metodológica concreta de criar espaços interdisciplinares e promover o estreitamento dos laços com a avaliação psicológica.

3. Observação e Medida de Processos e Fenômenos Psicológicos

Um processo de conhecimento, como aquele derivado de um processo de avaliação psicológica nasce, geralmente, pela curiosidade ou pela necessidade de querer superar necessidades humanas ou desafios em termos de adaptação ao ambiente, de superação de problemas ou de redução de danos à saúde. Os motivos que nos levam a tomar determinadas decisões, as dificuldades relacionadas a aprendizado de novas habilidades, os problemas oriundos do estabelecimento de interações sociais, tudo isso, compõe o contexto em que se vive, derivando necessidades de se conhecer permanentemente, e de forma aprofundada, o mundo à nossa volta.

Conhecer é um processo de ambientação, gradual e permanente, dado que as circunstâncias em que ocorre o processo de conhecimento são dinâmicas, complexas e diversificadas. O processo de querer conhecer é, portanto, concomitante ao processo de intervir (Severino, 1994; Alves, 1999). O processo de conhecer implica em mobilizar-se frente às circunstâncias, intervindo nelas exatamente para poder conhecer. E, apesar de se ter consciência de que nunca se conhece suficientemente, o ser humano

busca permanentemente esclarecer aquilo que lhe é desconhecido, o que lhe impressiona, o que lhe incomoda (Botomé, 1993; Cruz, 2002).

Um processo de avaliação psicológica depende, particularmente, da atitude orientada para a compreensão do que se quer avaliar, da habilidade do avaliador em escolher estratégias e procedimentos (recursos metodológicos e técnicos) específicos às necessidades oriundas das demandas por avaliação (objetivo visado). Adotar recursos metodológicos significa escolher caminhos que, muitas vezes, precisam ser reorientados sistematicamente. O mais importante é criar as condições para conhecer e permitir que o conhecimento gerado seja útil e traga benefícios sociais e sirva para o aperfeiçoamento da ciência psicológica como uma possibilidade efetiva de compreender os problemas humanos.

A discussão sobre o processo de conhecer e a caracterização dos procedimentos necessários à realização de uma avaliação psicológica permite criar as condições intelectuais necessárias ao dimensionamento dos aspectos metodológicos definidores dos objetivos (o que se quer avaliar) e dos procedimentos necessários ao seu planejamento e execução (recursos metodológicos e técnicos). Mas, por onde começar?

Um dos principais entraves para o psicólogo de um modo geral, e para aqueles psicólogos que atuam como especialistas em avaliação psicológica, é organizar os instrumentos e os procedimentos necessários à compreensão dos fenômenos ou processos psicológicos.

Parte das soluções desse entrave pode ser identificada pela necessidade de maior contato com livros, manuais e glossários

especializados e artigos científicos publicados nacional e internacionalmente sobre os assuntos de interesse (muitos deles disponíveis em base de dados eletrônicas como, por exemplo, Psycinfo, Bireme, Medline, Scielo, IndexPsi). Isso implica em globalizar a ação de busca de informações e experiências de pesquisa e intervenção em situações de exame ou diagnóstico psicológico.

A outra parte diz respeito à necessidade de participar de experiências concretas de pesquisa e intervenção (planejamento de intervenções, formulação de diagnósticos), como forma de ampliar o grau de percepção e aperfeiçoar a interpretação sobre a realidade investigada. Ambas, entretanto, dependem de uma certa habilidade intelectual do psicólogo no manejo dos assuntos que pretende investigar que, via-de-regra, é construída pelos processos descritos anteriormente.

O recurso do método para investigar fenômenos e processos psicológicos pode ser obtido através de variadas fontes de conhecimento da área da Psicologia ou em outras. O mais importante para os psicólogos é reconhecer que uma situação de investigação normalmente é representada por uma complexa rede de eventos comportamentais, ambientais, organizacionais e tecnológicos direta e indiretamente associados entre si, dos quais importa compreender seus nexos, as particularidades que os envolve e porque são tão significativos e determinantes para o bem-estar ou o adoecimento físico e psicológico das pessoas.

O psicólogo, ao partir de uma situação concreta, lida intensamente com variáveis de pronto observáveis e outras nem sempre acessíveis, em razão das características do fenômeno investigado. Quais são as possibilidades de medir fenômenos e processos psicológicos? Talvez seja uma pergunta que só poderá ser res-

pondida se tivermos interesse e motivação suficiente para estudar a realidade dos problemas psicológicos e as formas de mensuração possíveis de serem construídas a partir do conhecimento técnico hoje disponível.

Do ponto de vista do conhecimento e da intervenção, podemos afirmar que a ciência psicológica e, especialmente as disciplinas associadas ao campo da avaliação psicológica, possuem um acúmulo de informações sobre métodos e técnicas de observação e medida, disponíveis e caracterizados na produção do conhecimento sistematizada, suficientes para dotar o psicólogo de uma capacidade teórica e técnica para mensurar fenômenos e processos psicológicos.

3.1 Recursos em Avaliação Psicológica

Geralmente, para muitos, a avaliação psicológica é sinônimo do uso de testes, ou seja, se está usando testes está fazendo avaliação, psicodiagnóstico ou mesmo, como se constata com maior frequência, está se fazendo um psicoteste. Quando esta percepção é manifestada, a avaliação está sendo vista no seu aspecto instrumental e não processual e a compreensão do processo fica limitada em ser ou não possível realizar a avaliação com ou sem instrumentos. A fim de possibilitar uma maior compreensão dos aspectos envolvidos na questão instrumental e processual da avaliação, apresentamos, a seguir, alguns pontos de caracterização dos aspectos instrumentais da avaliação psicológica.

3.1.1 Caracterização dos instrumentos

A temática da qualidade dos instrumentos psicológicos é atualmente merecedora de investigações por parte de pesquisadores em diferentes regiões do país, e dentre os estudos desenvolvidos, encontram-se aqueles que versam sobre o ensino e formação, sobre exercício profissional, sobre novas tecnologias e teorias que embasam a construção e validação de testes.

Vários outros estudos têm dado destaque à qualidade dos instrumentos de avaliação psicológica, na tentativa de se resgatar a legitimidade deles (Prieto & Muniz, 2000). Outros estudos versam sobre temas distintos, tais como as implicações relativas à revisão dos testes psicológicos (Silverstein, Marshall & Nelson, 2000) e sobre a complexidade teórica da revisão de alguns instrumentos, como, por exemplo, os projetivos (Butcher, 2000; Link, 1999).

É possível caracterizar o processo de avaliação com base em três dimensões: a observação, a inquirição e a medida de aspectos correlatos do comportamento (ação representada), conforme mostra a fig. 1.

Na dimensão observacional, cujo foco se centra na manifestação da conduta, expressa o mais imediato dos meios para emitir uma apreciação da ação e reação do avaliando; as atividades estão representadas na ação de observar e categorizar conteúdos. Pode-se exemplificar essa dimensão na observação do comportamento infantil no jogo, na forma, conteúdo e estrutura de suas atividades.

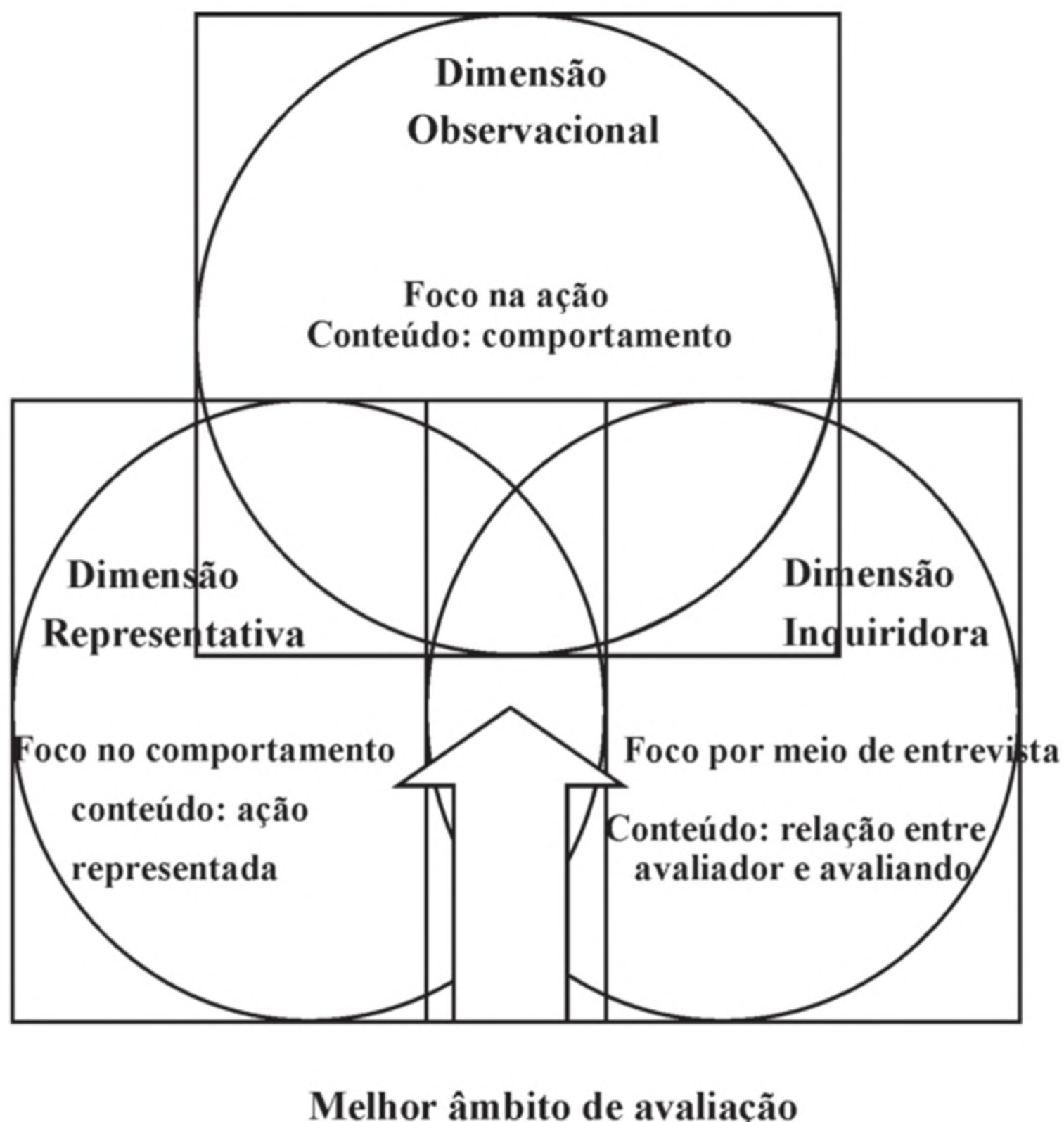


Fig.1. Dimensões de análise do processo de avaliação psicológica.

A dimensão inquiridora, por sua vez, representa a possibilidade de verificação mediada pela autopercepção do avaliado, de suas manifestações comportamentais e cuja expressão, centra-se na expressão dialógica estabelecida entre o avaliador e o avaliado. É possível representar a inquirição por meio de duas formas, a escrita (questionários e inventário) e a verbal (entrevistas) onde por meio de perguntas pode-se conhecer mais o comportamento compreendido pelo próprio agente.

A medida de comportamentos correlates é a terceira estratégia e necessariamente representa o uso de procedimentos de avaliação e medida do comportamento pretendido. Nela se representa o uso de formas de verificação do comportamento por meio de provas similares de medida dos aspectos identificados anteriormente, ou seja, os testes de ação de comportamento. Na dimensão representativa a ação provável do avaliando em uma determinada situação ou evento é tomada como possível e exequível através de procedimentos que possam ser representativos desta a priori. Estes procedimentos são os testes que representam ações, reações, condutas, expressões de afeto ou habilidades cujo interesse do avaliador está em representar uma expressão do comportamento antes mesmo de sua emergência.

E importante destacar desde o princípio que a avaliação está respaldada enquanto foco de análise no comportamento, e sobre ele se realizará as diversas formas de avaliação. Não é viável avaliar algo que não possa necessariamente ser definido e objetivamente representado; assim, a avaliação de funções ou aspectos dúbios ou mesmo imprecisos, serão, a priori, erros de formulação do contexto.

Um dos primeiros modos de avaliar o comportamento de uma pessoa ou mesmo um grupo é observá-lo e verificar a constância de suas reações, ter uma representação dos padrões de ação e reação em vários eventos ou situações. Como se pode perceber é fundamental conhecer, ver, perceber e observar como se comportam as pessoas para assim elaborar uma idéia ou mesmo hipótese de trabalho. Aliado a observação pode-se utilizar o questionamento, a indagação para entender o que não foi possível observar, ou seja, os motivos de suas ações e o que estes comportamentos podem representar ao indivíduo ou ao grupo.

Qualquer teste apresenta condições de medir uma determinada ação, e esta medida será mais eficiente se houver uma adequada representação da condição medida (atributo medido) com o procedimento utilizado. Desta maneira é possível representar testes mais ou menos eficientes como, por exemplo, a prova de uma disciplina de psicologia e o que mede um teste de inteligência não verbal. Na primeira situação tem-se a avaliação das condições dos alunos pela concepção da matéria que o professor apresenta em função das aulas no semestre, ao passo que na segunda, ocorre a representação de aspectos da inteligência pela expressão de respostas do grupo anteriormente avaliado. O que difere uma situação da outra é necessariamente as estratégias utilizadas para aferir o comportamento. Um teste de inteligência antes de ser elaborado é avaliado nos mais diferentes aspectos quanto à dificuldade das questões, o entendimento por pessoas com níveis de escolaridade diferentes, a possibilidade de representar uma capacidade discriminativa em termos de resultados etc. Ao passo que a prova foi elaborada tomando em consideração a percepção do professor e, no máximo, o seu grau de dificuldade. Toma-se desta maneira as duas situações exemplos de uma medida de comportamento correlato, sendo a prova um exemplo de teste não padronizado, e o teste de inteligência, um exemplo de teste padronizado.

Um aspecto inicial a representar sobre a utilização de testes diz respeito ao objetivo a ser contemplado quanto a sua indicação. Pode-se representar esta necessidade de indicar um instrumento em quatro pontos fundamentais:

1. Para objetivar a classificação de comportamentos e ações:
seleção pessoal e diagnóstico;

- 2 Na busca de autocompreensão e entendimento: orientação vocacional e aconselhamento;
3. Frente à necessidade de avaliar e modificar planos de intervenção e tratamento, dirigidos à verificação de programas: planejamento de ações;
4. No uso instrumental de investigação científica: testar hipóteses.

3.1.2 Classificação dos testes

A classificação dos testes psicológicos ainda merece algum cuidado quanto à proposição de soluções, dependendo do ponto de vista, existe uma série de discussões a respeito deste tema, e pelo visto um certo tempo será necessário até ter-se uma solução compartilhada minimamente.

Partindo de algumas características fundamentais pode-se a princípio distinguir entre os instrumentos pela metodologia de base utilizada; assim, as primeiras distinções seriam os instrumentos de exame psicológico objetivos e projetivos. Cabe considerar que ela não é simplesmente uma divisão de tipos de testes, esta consideração demonstra uma caracterização entre métodos, o nomotético e o idiográfico. O primeiro baseando as avaliações através da caracterização do universal, como expressão do comportamento geral; o idiográfico refere-se ao específico, ao único e ao singular.

Na expressividade do conteúdo da resposta podemos observar a existência de testes cujas respostas são produzidas pelo próprio avaliando ou representadas pelo instrumento. Se

tomarmos as respostas do avaliando, pode-se caracterizá-las em expressão verbal, de execução e de escolha. As primeiras contemplam as classes de respostas que requerem do sujeito uma manifestação verbal (escrita ou falada) de elaboração própria ou por meio de alternativas, ao passo que as de execução referem-se aos procedimentos de marcação, assinalamento e desenhos que o avaliando deve executar sob orientação do profissional ou mesmo dos instrumentos. As respostas de escolhas são aquelas em que o sujeito deve optar entre as oferecidas para sua avaliação, comumente apresentadas em forma de múltipla escolha.

Outro ponto de distinção quanto à diferenciação dos tipos de testes diz respeito à participação do avaliador no acompanhamento da produção do avaliando; assim pode-se distinguir os testes cuja participação é necessária e fundamental, e os testes cujo acompanhamento não é imprescindível. Como ilustração dos primeiros podemos citar o Rorschach e o TAT, pois não somente o psicólogo é importante no processo como também na tomada de registros e administração, já o segundo tipo pode ser representado com o Questionário Geral de Saúde (QSG) ou o Desenho da Figura Humana (DFH), de Weschler.

Uma possibilidade de distinção refere-se à apresentação do instrumental, ela pode ser na forma isolada quanto ao teste apresentado ou composta, como no caso de escalas ou baterias de testes.

Por fim, tem-se um esquema de classificação dos testes, concordante para a maioria dos autores, que pode ser caracterizado por meio da expressividade do conteúdo, da presença do avaliador e da indicação do atributo medido, conforme ilustra a fig. 2. A esse respeito, os testes podem medir aspectos do rendimento intelectual, de características de personalidade e de habilidades.

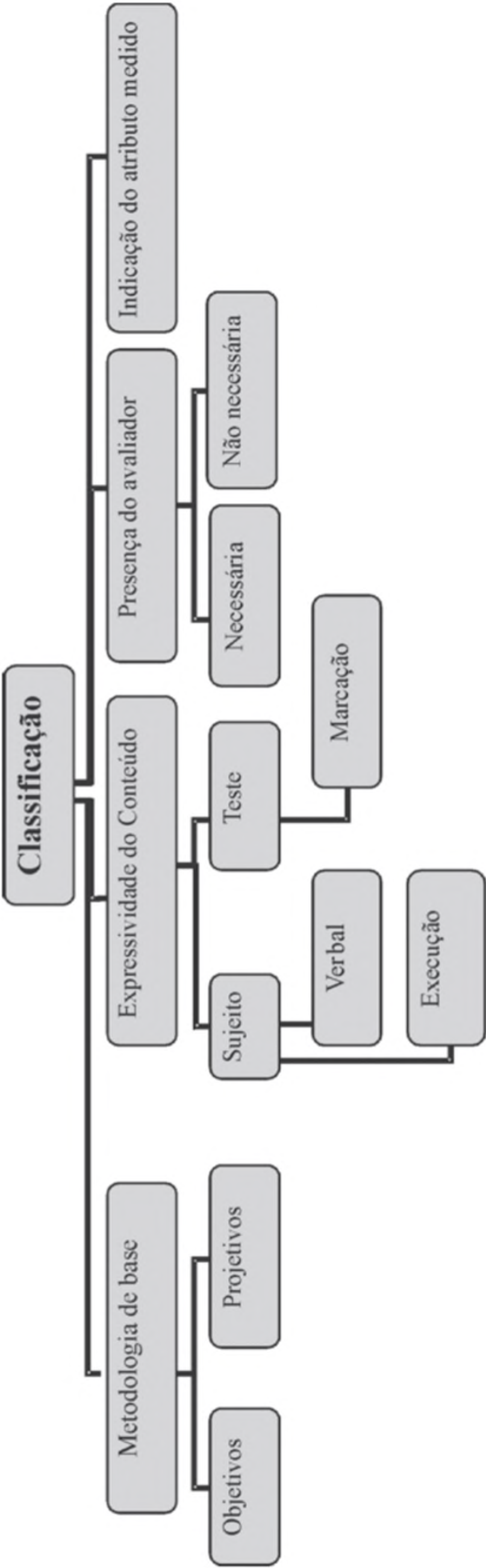


Fig.2. Esquema de classificação dos testes, conforme a expressividade do conteúdo, da presença do avaliador e da indicação do atributo medido.

3.1.3 Instrumentos psicológicos e suas

CARACTERÍSTICAS PSICOMÉTRICAS

Os testes são instrumentos de medida (validados e padronizados), resultado da medida de fenômenos e processos psicológicos, ou seja, são operações empíricas pelas quais a psicologia estuda as diferentes manifestações do seu objeto - as condutas humanas. Pasquali (1996) afirma que a construção de instrumentos psicológicos tem por suposição de que a melhor maneira de observar um fenômeno psicológico é através da medida.

O início de um instrumento é caracterizado pela teoria que o embasa, que sustenta sua ação e dá forma à interpretação que se faz de seus resultados. Sem representar uma definição teórica, os resultados de um teste serão simplesmente um número, sem forma e significado psicológico. A definição dos estados psicológicos pode ser realizada através de diversos instrumentos, o que exige uma escolha cuidadosa e planejada, levando em consideração a concepção teórica do fenômeno psicológico em avaliação.

A maioria dos instrumentos atualmente utilizados são escalas para medir ou descrever fenômenos psicológicos, fazendo suposições de que os traços medidos são dimensões que possuem diferentes magnitudes ou grandezas. Esses instrumentos são maximamente estruturados e padronizados para aferir algum construto psicológico específico e, em oposição aos testes projetivos ou impressionistas e as entrevistas orientadas, são fechadas na sua estrutura e possuem menos riscos. Além disso, possuem forte interesse no produto a ser medido, o que, dessa

forma, limita a resposta dos sujeitos a uma única alternativa que melhor descreva sua situação presente (Pasquali, 1999).

Para alguns clínicos das áreas de saúde mental, as avaliações padronizadas são simplistas demais quando transformam certas dimensões clínicas em um número ou em uma categoria, o que representaria um empobrecimento da avaliação de um profissional treinado. É importante ressaltar que, para preencher os critérios básicos de pesquisa, os instrumentos devem ser embasados em uma teoria que lhes dá consistência, e sua construção deve seguir regras detalhadas para garantir uma especificação clara do que pretende medir. As avaliações foram desenvolvidas, pelo menos em princípio, para fornecer medidas acuradas, reproduzíveis e relevantes (Pasquali, 2001).

Se os testes psicológicos tiverem assegurado as características psicométricas básicas à indicação deles, irão qualificar uma avaliação cientificamente respaldada. Durante o processo de escolha, é possível encontrar testes que preencham parcialmente os requisitos necessários. Nesse caso é preciso reconhecer até que ponto ele avalia aquele aspecto que se vai medir. Com isso a atenção deve ser priorizada para os estudos sobre a validade, precisão e padronização do instrumento.

Quanto à *validade* do instrumento, ela pode ser definida como a capacidade de realmente medir aquilo a que se propõe. Essa característica envolve um componente operacional, referente a sua avaliação sistemática, geralmente comparado com um critério externo. Assim, quando da construção de um teste, o autor deve primeiramente definir o que ele está pretendendo avaliar (validade de conceito), caracterizar o que está medindo nesse conceito (validade de conteúdo) e como ele opera a comparação

dessa medida com outro indicador (validade de critério). Neste último aspecto, os resultados obtidos serão expressos em graus de concordância - identidade entre o teste e a outra forma, denominada de correlação. Os resultados são geralmente apresentados pelo autor na forma estatística denominada de índice de correlação. Se apresentar geralmente valores positivos e superiores a 0.70 (acima de 0 e abaixo de 1), é possível ter condições de ver o quanto se relacionam os eventos medidos pelo teste e a outra medida usada pelo autor.

Uma vez que a medida é válida, igual em grau e/ou idêntica à preconizada na proposta do autor, um outro ponto significativo é o grau com que o instrumento avalia sem variar na medida. Denomina-se *precisão* ou *fidedignidade* esta propriedade e deve ser referida pelo autor como a estabilidade que o teste tem em manter o seu resultado depois de um certo tempo, ou mesmo de sua consistência/homogeneidade. Da mesma forma que visto na validade, utiliza-se a correlação dos resultados do teste em diferentes momentos, para estabelecer a precisão de resultados. A estatística empregada geralmente é o alpha de Cronbach, coeficientes de correlação e/ou estabilidade, em que o grau aceitável fica em torno de 0.70.

Por fim, o último aspecto refere-se à *padronização*, ou seja, as condições padronizadas e definidas na pesquisa para a aplicação dos testes (instruções) e para a operacionalização do material (tipo de materiais necessários).

Estando atendidas essas três grandes etapas das condições psicométricas, o instrumento psicológico pode ser utilizado com toda a segurança, a fim de medir os fenômenos psicológicos com exatidão (Pasquali, 1997).

Encontra-se na literatura internacional um número considerável de instrumentos e de escalas cujas propriedades de avaliação podem ser tomadas, em um primeiro momento, como possíveis de uso na realidade brasileira. É importante avaliar quais destas escalas realmente têm estudos de validação nacional já desenvolvidos que permitam embasar com segurança as pesquisas no país.

Podem ser utilizados na identificação e avaliação de diversos aspectos do fenômeno psicológico, desde as manifestações adaptativas (aspectos normais da personalidade) até sinais e sintomas de um comportamento patológico (desadaptado). Desta forma deve se ter presente que o uso de instrumentos psicológicos é referendado na medida de um estado patológico, ou mesmo de um desvio da normalidade, enquanto verificada através de manifestações de ajuste, adaptação a determinadas situações ou eventos de vida.

A escolha dos instrumentos deve levar em consideração se a necessidade do que avaliar encontra-se respaldada na investigação de aspectos normais, patológicos ou mesmo de situações limítrofes a estes comportamentos, e sobre estes pontos caracterizar não somente a escolha do teste, mas também os pontos de corte para fixar aspectos desejados.

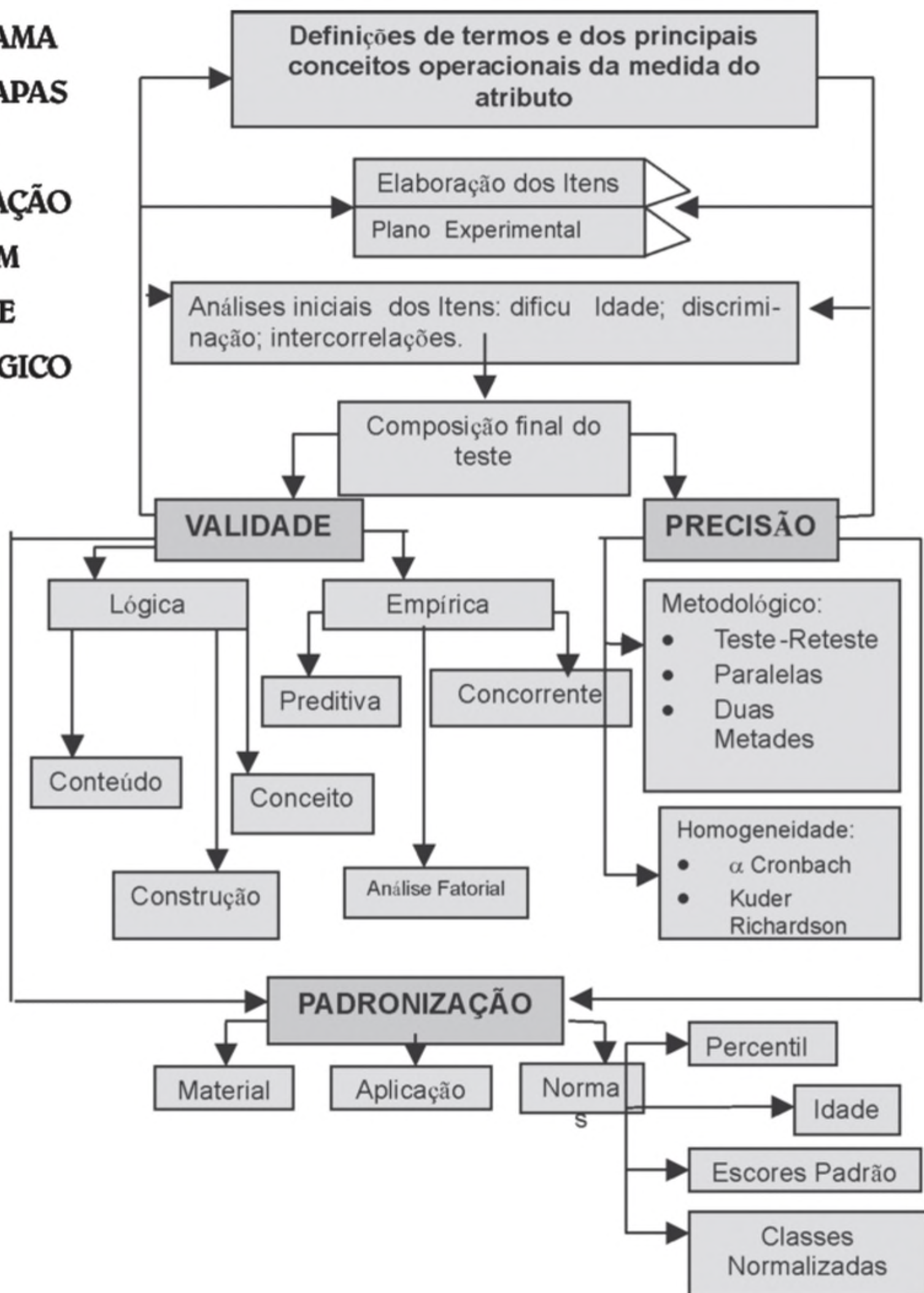
3.1.4 Situação atual dos instrumentos

PSICOLÓGICOS BRASILEIROS

Atualmente a discussão quanto aos instrumentos psicológicos está centrada na elaboração de indicadores, critérios e testes

cada vez mais específicos e dirigidos às necessidades cada vez mais distintas. As investigações atuais amparam-se predominantemente na questão da qualidade e elaboração de instrumentos nacionais de avaliação psicológica que, por muitos anos, foram criticados em função do inexpressivo número de estudos científicos.

**DIAGRAMA
DAS ETAPAS
DE
ELABORAÇÃO
DE UM
TESTE
PSICOLÓGICO**



Vale lembrar que muitos instrumentos foram usados cegamente por anos seguidos sem que passasse por um único estudo que comprovasse, ou não, suas qualidades psicométricas. Hoje em dia, este tipo de atitude não mais condiz com as diretrizes da ciência psicológica, que busca a excelência de seu instrumental.

Em perspectivas internacionais é possível encontrar um conjunto significativo de trabalhos que se destinam a discutir a construção de instrumentos de medida, como por exemplo os estudos apresentados por Oakland (1999) e Adánéz (1999). Ambos descrevem detalhadamente as etapas de construção e informam aos leitores sobre os elementos importantes que certamente passam despercebidos aos usuários, tais como definição do construto a ser medido, a análise dos itens e o cuidado que se deve ter ao elaborar o manual de um teste psicológico. Esse trabalho de construção é geralmente uma tarefa árdua, mas plenamente possível, conforme se vê pela grande quantidade de diferentes tipos de instrumentos disponíveis para uso. No Brasil, diferentemente de períodos anteriores, é possível encontrar bons manuais que discutem a elaboração de instrumentos psicológicos (Pasquali, 1999; Cronbach, 1996; Anastasi & Urbina, 2000).

Diante do exposto duas observações são relevantes. A primeira refere-se ao fato de que muitos manuais de instrumentos comercializados no Brasil não atendem às exigências mínimas, no que se refere às informações necessárias para escolha e utilização do instrumental mais adequado às diferentes situações de avaliação (Noronha, Sartori, Freitas & Ottati, 2001); e a segunda, que no Brasil existem iniciativas isoladas de compilação de instrumentos, mas ainda não é possível encontrar uma publicação de referência como a citada anteriormente. No entanto, esforços

individuais, embora não tragam todo o amparo necessário, são louváveis. Cunha e colaboradores (2000) apresentam uma relação de testes psicológicos que inclui dados de aplicação, de avaliação, além de uma análise crítica. Ambas as observações, contudo, remetem as seguintes questões: se os manuais de testes psicológicos não possuem informações suficientes para o seu entendimento e manuseio, quais os critérios utilizados por profissionais para selecionar um em detrimento do outro? Se os manuais também não forem produzidos e comercializados em larga escala, como ampliar a consulta por parte dos profissionais psicológicos?

3.1.5

Estudos atuais sobre os

Instrumentos de Avaliação Psicológica

Um dos primeiros levantamentos nacionais sobre o uso de testes psicológicos é o estudo de Hutz & Bandeira (1993), que aponta em suas conclusões, além da discrepância entre a quantidade de instrumentos nacionais e internacionais, a falta de referências sobre os instrumentos mais utilizados no país. Os autores caracterizaram descritivamente tanto os testes objetivos, quanto os projetivos, a proporção de trabalho entre os mais utilizados em cada área, e o assinalamento quanto à necessidade de política de atualização do instrumental brasileiro.

Nesta mesma perspectiva destaca-se o trabalho realizado por Azevedo, Almeida, Pasquali & Veiga (1996) com psicólogos de Brasília, a fim de se levantar os instrumentos mais utilizados na prática profissional e de saber a opinião deles a respeito dos

testes. Os autores afirmaram que metade da amostra acredita no valor dos testes, com a seguinte ressalva: que sejam usados de acordo com princípios éticos e em conjunto com outros instrumentos de avaliação, e um problema apontado foi a falta de estudos prévios que justifiquem a validade de seu uso. Embora alguns pesquisadores considerem estudos desta natureza com menos brilho metodológico, eles ainda se fazem necessários, considerando a necessidade urgente de se organizar e sistematizar instrumentos, pesquisas, bem como qualquer tipo de informação pertinente à avaliação psicológica.

Almeida, Prieto, Muniz & Bartram (1998) trouxeram contribuições com a pesquisa realizada nos países Ibero-americanos, com o intuito de diagnosticar problemas pertinentes ao uso dos instrumentos psicológicos e de relacionar os mais utilizados. Os problemas apontados pelos profissionais não foram poucos, dentre eles aspectos éticos básicos como a reprodução de folhas de respostas, ou falhas sérias como a não padronização de materiais importados.

Em sua tese de doutorado, Noronha (1999) pesquisou o uso da avaliação psicológica pelos psicólogos que apontaram como problemas mais graves e mais frequentes a falta de instrumentos nacionais e de pesquisas para aferição dos instrumentos e recursos de avaliação psicológica.

Outras tendências, em perspectivas internacionais, são as diretrizes de uso de instrumentos, elaboradas pela Comissão Internacional de Testes (ITC, 2001). Tais diretrizes orientam sobre questões relacionadas à escolha do instrumento e sobre considerações éticas relacionadas ao uso e à adequação psicométrica à realidade onde será aplicado. Trabalhos desta natureza solidificam

a excelência da atuação profissional, à medida que organizam e sistematizam as informações. Segundo Guzzo & Pasquali (2001) a ITC foi criada para “orientar a busca de qualidade técnica mínima dos instrumentos utilizados, o estímulo ao desenvolvimento de provas e testes para as diferentes realidades de avaliação psicológica, assim como o aprimoramento de propostas de formação daqueles que ensinam psicologia ou dos profissionais que se utilizam da avaliação” (p. 162).

A temática da qualidade dos instrumentos psicológicos é atualmente merecedora de investigações por parte de pesquisadores em diferentes regiões do país, e dentre os estudos desenvolvidos, encontram-se aqueles que versam sobre o ensino e formação, sobre exercício profissional, e novas tecnologias e teorias que embasam a construção e validação de testes.

Em relação ao tema, estudos têm sido realizados na tentativa de se resgatar a legitimidade dos testes (Prieto & Muniz, 2000; Noronha, 2001; Noronha, Sartori, Freitas & Ottati, 2001). Outros trabalhos versam sobre variáveis distintas dentro do mesmo tema, tais como as implicações relativas à revisão dos testes psicológicos (Silverstein, Marshall & Nelson, 2000) e sobre a complexidade teórica da revisão de alguns instrumentos, como, por exemplo, os projetivos (Butcher, 2000; Link, 1999). Tais elementos serão discutidos a seguir.

Uma questão fundamental quando se trata da qualidade de testes psicológicos é o cuidado relacionado à revisão. Silverstein, Marshall e Nelson (2000) discutiram algumas implicações pertinentes ao processo de revisão, como quando um teste tem condições de ser incorporado ao outro, a modificação do formato e das instruções do instrumento ou a questão relacionada ao desempenho

dos sujeitos numa prova e na sua respectiva revisão.

No Brasil, é relativamente recente a prática de construção de instrumentos, já que por muitos anos, psicólogos brasileiros usaram como recursos de avaliação instrumentos estrangeiros que não possuíam nenhum estudo a respeito de validade ou precisão com amostras brasileiras. Pasquali (1999) acrescenta que pesquisadores brasileiros se contentam em elaborar trabalhos sumários sobre instrumentos estrangeiros, sem preocupação com a aferição da qualidade deles.

4. Procedimentos para o Uso de Instrumentos Psicológicos

A padronização de um teste engloba também a aplicação. Aliás, a validade de um teste passa, necessariamente, por uma aplicação adequada. A redução de testes não previstas pelos manuais, a utilização de cópias não autorizadas ou de originais com baixa qualidade gráfica e instruções diferentes das do manual são alguns dos fatores que comprometem a validade dos testes.

Aplicação dos instrumentos psicológicos

Recomenda-se que na aplicação de um instrumento psicológico sejam observadas rigorosamente as instruções do manual.

Algumas recomendações necessitam também serem feitas: Verificar se os examinandos apresentam alguma dificuldade ou impedimentos de saúde (como a necessidade de sentar-se à frente em virtude de problemas de visão ou uso de medicamentos);

Estabelecer o *rapport* e aplicar os testes de forma objetiva, inspirando tranquilidade e evitando o aumento desnecessário da ansiedade situacional;

Ater-se, rigorosamente, às instruções do manual sem, entretanto, assumir uma postura estereotipada e rígida;

Evitar administrar as instruções de forma improvisada ou com base na memória;

Iniciar a aplicação somente quando todos os examinandos tiverem entendido todas as instruções do que irão fazer;

Evitar deter-se, após o início da aplicação, no teste de um determinado examinando por muito tempo, no caso de aplicação coletiva, pois poderá elevar a ansiedade e acarretar a desconfiança do mesmo;

Nunca sair da sala durante a aplicação;

Procurar não conversar durante a aplicação, a fim de manter a atenção e a concentração necessárias;

Indivíduos portadores de deficiências físicas devem ser avaliados de forma compatível com suas capacidades;

Além das recomendações relativas a aplicação de testes é necessário salientar a importância do ambiente na aplicação de um instrumento psicológico. A aplicação de técnicas psicométricas está intimamente relacionada com uma série de variáveis que o examinador deve controlar a fim de garantir uma testagem fidedigna.

Material Utilizado

Como já foi visto, o teste psicológico é padronizado, o que implica o uso adequado de seu instrumental.

Padronizado também deve ser o material a ser utilizado na aplicação do teste, por exemplo:

Teste - usar sempre testes originais; quando se tratar de material reutilizável verificar se permanecem em perfeito estado.

Lápis - usar sempre o lápis recomendado, no tipo de grafite

e na cor. Deve estar sempre bem apontado e possuir, no mínimo, 12 cm.

Caneta - a caneta esferográfica azul ou preta, poderá ser utilizada sempre que o teste permita seu uso.

Lapiseiras de grafite recarregável - não é permitido o uso de qualquer tipo ou modelo.

Mesas - recomenda-se o uso de mesas que facilitem a postura do candidato e a aplicação do teste, em lugar das carteiras tipo universitárias.

Correção e avaliação

Ao corrigir e avaliar um teste, o profissional deve seguir rigorosamente as normatizações apresentadas no manual. Alguns testes possuem padronizações desatualizadas. Procure manter-se atualizado com relação às publicações científicas e novas pesquisas, pois será através delas que novas padronizações estarão disponibilizadas.

Ao proceder à correção e à avaliação de instrumentos psicológicos, seguir os indicadores e escalas apresentadas nos seus respectivos manuais.

Os instrumentos psicométricos estão basicamente fundamentados em valores estatísticos que indicam sua sensibilidade (ou adaptabilidade do teste ao grupo examinado), sua precisão (fidedignidade nos valores quanto à confiabilidade e estabilidade dos resultados) e validade (segurança de que o teste mede o que se deseja medir).

Verificar, ainda, as normas relativas ao grupo referência a qual pertencem os sujeitos avaliados. Qualquer norma é restrita à população da qual foi derivada. Elas não são absolutas, universais

ou permanentes. Dependendo da população para o qual as normas foram estabelecidas, elas podem ser nacionais, regionais, locais ou especializadas.

Os resultados dos testes psicológicos são interpretados através de normas, ou seja, pelo conjunto de resultados obtidos em amostras de padronização. A amostra de padronização ou normativa constitui-se em um grupo representativo de pessoas às quais o teste foi aplicado.

Ao se utilizar uma tabela que apresente indicadores de percentis, normas por idade e escores padronizados, o psicólogo fará uma comparação entre os resultados dos candidatos por ele testados e os resultados do grupo padrão, levando em conta, ainda, características como sexo, escolaridade, profissão, dentre outros.

Laudo psicológico

O laudo psicológico é um dos principais instrumentos de comunicação de resultados de uma avaliação psicológica. Seu objetivo é apresentar um resultado conclusivo de acordo com os objetivos propostos, seguindo as normas de um documento técnico. Por definição, todo documento técnico representa, materialmente, o conhecimento pelo qual se utiliza para as finalidades de consulta, estudo ou prova.

Por representar formalmente o resultado de um procedimento de avaliação, a elaboração do laudo psicológico está associado a função diagnóstica das técnicas de exame psicológico. Seus limites e possibilidades técnicas, portanto, se assentam no domínio teórico, técnico e operacional do psicólogo.

Do ponto de vista judicial, a palavra laudo se refere a um

documento ou peça processual habilitada legalmente para servir de prova ou consulta esclarecedora acerca de um fato. A denominação de laudo pericial refere tratamento jurídico conferido ao instrumento e, ainda que o laudo pericial encontre-se historicamente assentado entre os chamados documentos médico-legais, a variedade de laudos periciais emitidos por especialistas de diferentes seguimentos profissionais (construção civil, segurança do trabalho, trânsito etc) tem confirmado o uso valorativo do laudo como instrumento de ratificação do conhecimento científico.

Do ponto de vista técnico, podemos dizer que o laudo psicológico é um instrumento de registro dos dados colhidos na avaliação psicológica e deverá ser arquivado junto aos protocolos dos instrumentos de exame utilizados. O laudo psicológico deve ser conclusivo e se restringir às informações estritamente necessárias à solicitação, com o objetivo de preservar a individualidade do examinando. Para tanto, recomenda-se que, do ponto de vista da forma, o laudo pericial deve conter os seguintes elementos:

- dados de identificação do cliente e período de realização do exame;

- motivo do encaminhamento ou objetivo da avaliação;

- técnicas utilizadas, com seus respectivos focos de exame;

- sumário dos resultados quantitativos e qualitativos (fatores de desempenho e dinâmica da personalidade);

- conclusão (diagnóstico, se for o caso, utilizando o CID-10 e o DSM-IV);

- identificação do profissional (registro no CRP).

Do ponto de vista do conteúdo, a redação técnica do laudo deve conter uma análise descritiva dos eventos ou situações sob sua investigação. Podemos considerar que, de acordo com eventos

psicológicos intra ou interpessoais avaliados, alguns elementos podem ser considerados:

- tensões, alterações e/ou complicações de ordem cognitiva e emocional;
- ação, dimensão e/ou repercussões sociais do comportamento estudado;
- nexos entre a conduta e o desempenho laboral;
- estressores ou facilitadores associados aos relacionamentos interpessoais.

De uma forma geral, contudo, o mais importante é resguardar sua coerência interna, isto é, garantir que a escolha das técnicas e a comunicação dos resultados (forma e conteúdo) possuam correlações técnicas entre si e respondam objetivamente à solicitação do laudo.

O examinando deve receber toda e qualquer informação que desejar do psicólogo preferencialmente em entrevista de devolução, ocasião que o profissional apresentará os resultados e esclarecerá as dúvidas deste.

4.1 Principais aspectos a serem observados

NA APLICAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS

Estas recomendações têm um caráter de auxílio prático para a aplicação de testes psicológicos de uma maneira geral; o leitor deve utilizá-las tão somente como um complemento às instruções apresentadas em cada instrumento conforme estas se encontram descritas no manual.

Antes da aplicação

Certificar-se dos objetivos da aplicação;

Planejar a aplicação de testes levando em consideração o tempo e o horário de maneira conveniente;

Conhecer o material utilizado bem como o manual e, se possível, já tendo se submetido anteriormente ao mesmo, podendo assim oferecer respostas para as questões levantadas pelos examinandos;

Verificar se os examinandos apresentam alguma dificuldade de saúde e/ou impedimentos relacionados e se tem claro o motivo da aplicação, não comprometendo assim sua motivação e interesse;

Praticar a leitura previamente das instruções;

Assegurar-se que existam materiais (cadernos, folhas de respostas e lápis) em número suficiente e em condições de uso para todos;

Certificar-se de que o local para a aplicação está em condições de uso, com iluminação adequada, sem ruídos excessivos e em um local arejado;

Comunicar aos colegas que estará realizando uma avaliação e providenciar para que não ocorram interrupções com um aviso na porta, se necessário;

Acatar a responsabilidade para o uso competente dos testes;

Conhecer os preceitos éticos quanto ao uso de testes;

Não fazer cópias de material protegido por Direitos Autorais;

Evite ensinar ou treinar os itens do teste, pois isso causa uma deturpação das habilidades e competência das pessoas;

Evitar ajudar uma pessoa para obter bons escores;

Manter os gabaritos e grades de respostas, bem como os protocolos de testes em lugar seguro;

Evite modificar instruções da administração do material para adaptar a uma situação em particular (por ex: ler os itens dos testes para uma pessoa, definir palavras específicas num item, ou encorajar uma pessoa a reconsiderar sua resposta);

Avaliar criteriosamente os testes antes de usá-los a fim de detectar materiais enganosos;

Ter conhecimento dos objetivos e das limitações do uso dos testes;

Em uma situação de ensino, deixar claro aos alunos as evidências de pesquisa para outras interpretações do que sugeridas pelo manual, bem como sobre suas limitações;

Evite usar avaliações com testes cujos objetivos não sejam os originais do instrumento, por exemplo: avaliações clínicas feitas por um teste não clínico;

Compreender os níveis dos resultados e as diversas normas empregadas;

Conhecer os pressupostos da validade que nortearam a construção dos instrumentos;

Escolher instrumentos em número suficiente para avaliar comportamentos para um objetivo específico (por exemplo: teste neuropsicológico);

Certificar-se com frequência durante a apuração dos resultados para evitar erros;

Seguir fielmente as instruções dos instrumentos para obter os resultados;

Estabelecer *rapport* com os examinandos para obter resultados exatos;

Seguir instruções de tempo exatas especialmente para testes curtos e rápidos;

Evitar responder questões dos examinandos com maiores detalhes do que os permitidos pelo manual;

Não aceitar pressões quanto ao emprego de determinados instrumentos a fim de reduzir custos da empresa ou escola em detrimento da qualidade do trabalho;

Durante a aplicação

Caso não estejam todos os examinandos presentes, e se for possível, retardar alguns minutos a aplicação evitando interrupções desnecessárias;

Ater-se às instruções do manual rigorosamente, sem, no entanto, assumir uma postura rígida e estereotipada;

Não transmitir as instruções de memória, ter consigo sempre um cartão com a consigna;

Aplicar os testes de maneira objetiva inspirando tranquilidade, evitando com isto o aumento desnecessário da ansiedade dos examinandos;

Iniciar a aplicação somente se está claro para todos os examinandos a compreensão do que irão fazer;

Não se deter, após o início da aplicação, no teste de um determinado examinando por muito tempo;

Evitar sair da sala da aplicação;

Procurar não conversar durante a aplicação;

Andar pela sala silenciosamente, para se necessário substituir algum material e responder alguma pergunta (desde que permitido no teste);

No término da aplicação, recolher os materiais não

permitindo que os examinandos observem o material um do outro;

Revisar os testes para ver se os cabeçalhos estão todos preenchidos;

Verificar que cada examinando segue as ordens para que os resultados dos testes sejam exatos.

Após a aplicação

Anotar após a aplicação qualquer fato que tenha lhe chamado à atenção;

Acondicionar o material em pastas ou envelopes para não transitar com os protocolos;

Guardar o material organizado por grupo com as informações do nome do teste, do examinador, da data de aplicação e de observações pertinentes;

Verificar se algum examinando que não pôde comparecer a aplicação e, se for possível, rever novo horário;

Revisar sempre com o auxílio de outro colega a correção do material;

Na transcrição dos resultados e de somas, solicitar, a medida do possível, uma nova revisão por outro colega;

Evite que os clientes revejam testes que foram usados recentemente para alguma seleção;

Basear as decisões quanto à seleção, notas, ou indicações terapêuticas em informações mais amplas que somente os resultados fornecidos unicamente através de testes;

Levar em consideração os erros de medida ao interpretar um resultado de teste;

Conhecer a necessidade de múltiplas fontes de dados para apresentar um parecer de avaliação;

Possuir habilidade em fazer uma boa relação da história (anamnese) do sujeito para integrar com os resultados dos instrumentos;

Compreender as normas utilizadas na interpretação dos resultados e suas limitações;

Conhecer as implicações da validade dos instrumentos utilizados;

Aplicar os princípios da teoria de teste e princípios da interpretação de testes no entendimento dos resultados da avaliação;

Conciliar os aspectos da pessoa com a ocupação pleiteada, mais do que determinar diferenças no perfil da aptidão de um cliente;

Reconhecer num aspecto clínico, quando o estado de um paciente tiver sido mal diagnosticado ou tenha alterado e selecionar as normas mais adequadas;

Considerar o uso dos pontos de “coote” em resultados baseados na validade dos dados bem como dos perfis;

Manter registro de todos os dados/informações dos testes para controle estabelecendo tendências e compreendendo como os resultados se demonstram em diferentes situações e objetivos;

Interpretar os resultados dos testes adequadamente com base no grupo específico a ser avaliado, tendo em mente as características daquele grupo;

Evitar interpretações generalizantes além dos limites do instrumento;

Corrigir um instrumento com cuidado a fim de evitar erros em marcar os resultados e registrar;

Usar a mesma notação para todos os testes na sua correção, por exemplo “certos” para os resultados corretos;

Detectar e rejeitar normas utilizadas em programas informatizados que não seja original ao teste padronizado e comercializado;

Abster-se de dar interpretação e aconselhamento dos resultados para os examinandos em situação avaliação;

Desenvolver a habilidade de fornecer interpretação e aconselhamento quanto aos resultados de uma avaliação;

Interpretar e contextualizar os resultados de um teste para pais e professores sem simplesmente transmitir resultados que rotulam a criança;

Colocar somente descrições qualificadas e recomendações, não o resultado dos testes em um arquivo na escola;

Usar o teste em um ciclo de formação de hipóteses da avaliação;

Evitar classificar pessoas com termos inadequados, com base em iguais resultados de testes que não sejam válidos;

Evitar apresentar resultados dos testes a pessoas ou a profissionais que não conhecem a natureza específica dos materiais psicológicos e as implicações éticas derivadas.

5. OS Instrumentos Psicológicos

Comercializados no Brasil

Os instrumentos psicológicos utilizados na avaliação psicológica têm provocado diversos questionamentos, especificamente no que diz respeito à sua qualidade, ao manuseio por parte de psicólogos, bem como os resultados da avaliação obtidos por meio do manuseio inadequado. Em um recente trabalho (Noronha, Primi & Alchieri, no prelo) os autores objetivaram identificar e caracterizar as principais informações psicométricas presentes nos manuais dos testes psicológicos, dos 146 instrumentos de avaliação comercializados no Brasil das onze editoras. Os resultados indicaram que somente 28,8% destes instrumentos relatam a existência, em seus manuais, de estudos sobre as condições técnicas e metodológicas de precisão, validade e padronização.

O Conselho Federal de Psicologia criou uma comissão de avaliação dos testes psicológicos no Brasil em 2001 e se propõem a indicar os instrumentos com melhores qualificações, ao passo que restringirá o uso dos demais. Para os psicólogos que queiram verificar na íntegra as descrições operacionais dos testes brasileiros sugere-se a recente publicação sobre os testes psicológicos (Alchieri, Noronha & Primi, 2003) com a revisão e avaliação dos testes comercializados mantendo como foco as descrições das qualidades psicométricas atuais.

Abaixo se apresenta a última relação (de instrumentos lançados até junho de 2003) dos testes brasileiros e uma breve descrição elaborada sobre alguns deles, a fim de orientar o leitor na atividade de avaliação dos indicadores psicométricos. Caso tenha interesse em aprofundar a análise dos indicadores dos testes poderá consultar o Guia de referência dos testes comercializados no Brasil, editado pela Casa do Psicólogo.

Alguns instrumentos atualmente comercializados no Brasil:

16 PF

ACRE - Teste de Atenção Concentrada, Rapidez e Exatidão
Área, Profissões e Objetos

Atenção Concentrada

Atenção Concentrada 15

Avaliação da Criatividade por Figuras e Palavras

Bateria Burocrática VIG

Bateria CEPA

Bateria de Testes de Aptidão BTAG

Bateria TSP

BBT

BECASSE Atitudes Sócio-emocionais Crianças Pré-escolares

BECAS SE Maturidade Escolar

BECASSE -Maturidade Escolar

Bender Infantil

BFM - Bateria de Funções Mentais para Motoristas

BPR-5

BTN - Bateria de Testes Neuropsicológicos

Coleção Papel de Carta

Como Chefiar?

Coordenação Bimanual - Edites

Cornell Index

Cubos de Kohs

D2-Teste de Atenção Concentrada

Destreza Digital

Diagnóstico Organizacional

Diagnóstico Tipológico Organizacional - DTO

Dominós D-48

DTVP-2 Teste Evolutivo de Percepção Visual

Escala de Avaliação do Comportamento Infantil para Professor

Escala de Déficit de Atenção Hiperatividade

Escala de Inteligência Wechsler Crianças

Escala de Inteligência Wechsler Crianças III

Escala de Inteligência Wechsler Crianças R

Escala de Maturidade Escolha Profissional

Escala de Maturidade Mental Columbia

Escala de Personalidade de Comrey

Escala de Preconceito Profissional - EPP

Escala de Sociabilidade e Emotividade - ESE

Escala de Stress Infantil - ESI

Escala Fatorial de Neuroticismo EFN

Escala Reduzida de Autoconceito - ERA

Escore de Deteriorização Desenho Pessoa

Exame de Linguagem TIPITI

Figuras Complexas de Rey

LAR - Instrumento de Avaliação do Repertório Básico de Alfabetização

INV - Inventário de Inteligência Não-Verbal

Inventário de Administração de Tempo - ADT

Inventário de Ansiedade EDATE

Inventário de Ansiedade ID ATE-C
Inventário de Atitudes de Trabalho - IAT
Inventário de Interesses Angelini e Thustone
Inventário de Interesses Profissionais
Inventário e Auto-análise dos Interesses Profissionais IAIP
Inventário Expectativas e Crenças - IECPA
Inventário Fatorial de Personalidade
Inventário Ilustrado de Interesses - GEIST
Inventário S.T.A.X.I
Inventário. Multifásico Minnesota Personalidade MMPI
Kuder Inventário de Interesses Vocacional
Lendo e Escrevendo
Liderança e Poder
LIP - Levantamento de Interesses Profissionais
Lista de Problemas Pessoais adolescentes
Lista de Problemas Pessoais adultos
Mandala de Palavras
Matrizes Progressivas - escala avançada
Matrizes Progressivas - escala geral
Matrizes Progressivas Coloridas
Medida de Fluência Verbal - MFV
Memória-R
MM - Teste as Minhas Mãos
MTB - série Both de testes manuais
O desenho da figura humana Solange Weschler
O Desenvolvimento Comportamento da Criança Primeiro Ano
O Teste das Pirâmides das Cores
O Teste Gestáltico Bender para Crianças
Panorama de Atitudes dos Pais - PAP

Programação Hábitos e Desempenhos - PHD
Prova de Nível Mental
Psicônica - Programador- Previsor de Desempenho
QUATI Questionário Avaliação Tipológica
Questionário Confidencial
Questionário de Personalidade Dadahie
Questionário Desiderativo
Questionário do Adolescente R-4
Questionário íntimo
Questionário Saúde Geral Goldberg - QSG
QVI Questionário Vocacional Interesses
R - 6 Avaliação de Chefia
Reprodução de Figuras
Sondagem de Habilidade
Suplemento do Teste Apercepção Infantil CAT-S
TAA - Teste de Aptidão Acadêmica
Teste Barcelona
Teste Caracteriológico
Teste Coletivo Inteligência Adultos - CIA
Teste Compreensão Técnico - Mecânica
Teste D-70
Teste das Cores
Teste das Dinâmicas Profissionais - TDP
Teste das Fábulas
Teste das Pirâmides Coloridas
Teste das Pirâmides das Cores 24M - Pfister
Teste de Agradabilidade Básica
Teste de Apercepção Infantil CAT-A
Teste de Apercepção Infantil CAT-H

Teste de Apercepção para Idosos
Teste de Apercepção Temática TAT
Teste de Aptidão à Mecânica - TAM
Teste de Aptidões Específicas DAT
Teste de Atenção Difusa
Teste de Capacidades Intelectuais TCI
Teste de Catálogo Livros Bessa - Tramer
Teste de Conceitos Básicos de Bohem
Teste de Desempenho Escolar - TDE
Teste de Estruturas Vocacionais - TEV
Teste de Frases Incompletas - FIGS
Teste de Frustração
Teste de Inteligência Não Verbal G-36
Teste de Inteligência Não Verbal G-38
Teste de Liderança Situacional - TLS
Teste de Maturidade para Leitura - TML
Teste de Prontidão para Leitura
Teste de Retenção Visual - BENTON
Teste de Rorschach
Teste de Sondagem Intelectual
Teste Desenho Silver - cognição e emoção
Teste Diagnóstico de Habilidade Pré-escolar-DHP
Teste dos Relógios
Teste Edites de Inteligência - TEI
Teste Eqüicultural de Inteligência
Teste Habilidade Trabalho Mental - HTM
Teste McQuarrie Relações Espaciais
Teste Metropolitano de Prontidão
Teste Não Verbal de Inteligência R-1

Teste Organização Percepto - Motora - TOP
Teste Palográfico
Teste Projetivo Ômega
Teste Projetivo Sonoro
Teste Prontidão Emocional de Motoristas - TEPEM
Teste Prontidão Horizontes
Teste Psicodiagnóstico Miocinético - PMK
Teste Raciocínio Lógico-Numérico
Teste Raven Operações Lógicas - RTLO
Teste Verbal de Inteligência V-47
Teste Wartegg
Teste Zulliger

5.1 Descrição das principais características

TÉCNICAS DOS TESTES PSICOLÓGICOS

Abaixo estão as descrições das principais características psicométricas de alguns instrumentos psicológicos muito utilizados, a fim de ilustrar ao leitor os principais indicadores utilizados na avaliação de um teste psicológico.

Salientamos que novas descrições podem ser realizadas pelo leitor a fim de servir como um exercício de habilidades quanto à leitura dos aspectos técnicos dos testes e a conseqüente representação de seu conteúdo.

ACRE - Teste de Atenção Concentrada, Rapidez e Exatidão

O instrumento foi criado a fim de ampliar o espectro de

técnicas de avaliação disponíveis para os processos de seleção profissional, considerando que muitas vezes, o candidato é submetido mais de uma vez aos mesmos instrumentos. O autor reconhece que o material não é absolutamente original em seu conteúdo, mas toma mais rica a possibilidade de escolha dos instrumentos psicológicos no exercício das atividades profissionais. O instrumento é de autoria de Flávio Rodrigues da Costa, editado pela Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda., em 1999 e se destina à mensuração dos fatores que dão nome ao teste, ou seja, atenção concentrada, rapidez e exatidão.

O Teste ACRE pode ser aplicado individual ou coletivamente, sendo que em ambas as situações devem ser conservadas as mesmas instruções. O tempo de realização do sujeito é de 3 minutos e, embora não haja indicações sobre a faixa etária adequada para melhor realização do instrumento, há uma relação de ocupações profissionais nas quais o teste pode ser aplicado (digitadores, datilógrafos, programadores de computação, técnico em processamento de dados, revisores, redatores, telefonistas, operadores de terminais, operadores de leitura de instrumento, arquivadores, bibliotecários, auxiliares administrativos em geral, bancários, motoristas, pilotos de aeronaves, dentre outras). O material consiste de manual, folha de resposta e crivo de apuração.

Características Psicométricas:

Amostra: Participaram da amostra 1197 sujeitos, de ambos os sexos, com idade variando entre 18 e 42 anos, que integravam um processo de seleção profissional para uma empresa de telecomunicações da cidade do Rio de Janeiro.

No manual não há dados sobre os estudos de precisão e validade.

Referências:

Anastasi, A. (1977). *Testes Psicológicos*. São Paulo: E.P.U.

Cronbach, L. J. (1996). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lewin, J. (1987). *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. São Paulo: Harbra.

Rodrigues, A. (1975). *A pesquisa experimental em Psicologia e Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.

Thorndike, R. L. & Hagen, E. (1955). *Measurement and Evaluation in Psychology and Education*. New York: John Willey & Sons, Inc.

TEPEM - Teste de Prontidão Emocional para Motorista

O instrumento foi elaborado em 1997 diante da dificuldade de encontrar um material que pudesse avaliar aspectos da subjetividade e das capacidades múltiplas do motorista, que nem sempre se expressam de maneira clara e objetiva por outros instrumentos. De acordo com o autor, uma vantagem do instrumento, é a possibilidade de avaliar o sujeito em relação às situações que provavelmente mais tarde irá se deparar no decorrer de sua atividade. O TEPEM é um teste nacional, desenvolvido por Emílio Carlos Tonglet e publicado pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda. em 1998.

O material do teste consiste em manual, folha do TEPEM, caneta ou lápis e borracha, chave de apuração e cronômetro. A aplicação pode ser individual ou coletiva, sendo que no caso de coletiva, devem ter no máximo 30 sujeitos na sala. O tempo máximo de execução é de 20 minutos.

Características Psicométricas:

Amostra: fizeram parte da amostra 1000 sujeitos de São José dos Campos - SP, candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e motoristas que estavam renovando o exame ou mudando de categoria. Os testes foram aplicados por psicólogos credenciados pelo DETRAN nas suas respectivas salas. A idade dos sujeitos variou de 18 a mais de 50 anos, sendo que 68,7% eram do sexo masculino e 31,3% do sexo feminino. A escolaridade dos sujeitos variou de 1ª série ao superior completo, embora quase metade da amostra fosse composta por sujeitos com 1º grau incompleto. Não há informações no manual sobre estudos de precisão e validade.

Referências:

Não há referências disponíveis no manual.

G-36 - Teste Não Verbal de Inteligência

O G-36 surgiu da necessidade prática do autor que trabalhava com recrutamento e seleção no contexto organizacional. Apesar de reconhecer os bons resultados do teste usado na época, Matrizes Progressivas de Raven, o autor interessou-se por

construir novo instrumentos para avaliar inteligência geral. O teste foi construído tendo como base as “Matrizes Progressivas” e a eleição múltipla como tipo de resposta. O instrumento é produto nacional, de autoria de Efraim Rojas Boccalandro. É editado pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda., sua data original é 1966 e está na sua 4ª edição (2002).

De acordo com o manual, o teste pode ser aplicado sem restrições em adultos de qualquer grau de instrução e, embora não tenha sido testado em crianças, há informações de que pode ser aplicável em crianças normais a partir de 10 anos (por analogia com o teste Dominós). O material é constituído por manual, caderno de teste, crivo de correção e folha de respostas. A aplicação pode ser individual ou coletiva, e embora o teste seja aplicado sem limite de tempo, em geral as pessoas terminam em 45 minutos, no máximo.

Características Psicométricas:

Amostra: o manual apresenta diversos estudos, que na verdade, são atualizações do instrumento. A mais recente data de 2001 e contou com 247 sujeitos, sendo 194 do sexo masculino e 53 do sexo feminino, que participaram de processos seletivos na Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda., na cidade de São Paulo. As idades variaram de 18 a 66 anos e os sujeitos tinham segundo grau completo ou incompleto e superior completo ou incompleto. Em outro trabalho participaram 500 indivíduos, sendo 91,8% do sexo masculino e 8,2% do sexo feminino. A idade variou de 14 a 45 anos, sendo que 70% encontravam-se na faixa de 18 a 29 anos.

Análise de Itens: foi realizada a partir da aplicação do teste em 500 candidatos a emprego. O teste era inicialmente composto por 40 itens e um exemplo e após o estudo, quatro itens foram rejeitados, ficando o teste com 36 itens e um exemplo.

Fidedignidade: a homogeneidade do fator medido pelo teste foi verificada por meio do sistema usual de correlação entre itens pares e ímpares, que forneceu um resultado de 0,82 (correlação linear de Pearson). Erro padrão de medida: 2,40.

Validade: para a verificação da validade aplicou-se o Teste Dominós e o G-36 em 45 funcionários. A correlação linear de Pearson foi de 0,84.

Referências:

Alves, I. C. B., Colosio, R. &, Ruivo, R. J. (1992). O Teste R-1: precisão e estudo de itens. *Resumos de Comunicações Científicas*. XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 31.

Bernstein, J. (1961). Introducción. El test de Raven. Em J. C. Raven, *Test de Matrices Progressivas. Escala General. Manual*. (4ª edição, p. 13-46). Buenos Aires: Paidós.

Chiança, M. M. R. L. C. & Chiança, N. A. A. (1999). Teste não verbal de inteligência R-1: dados coletados dos candidatos a motoristas em 1995 - Recife/PE. *PSIC-Revista da Vetor Editora*, 7(1), 44-49.

Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Weil, P. & Nick, E. (s/d). *O potencial da inteligência do brasileiro*. Rio de Janeiro: CEPAC.

G-38 - Teste Não Verbal de Inteligência

O G-38 surgiu da necessidade de se ter outro instrumento para o reteste de sujeitos que tivessem se submetido ao G-36, de forma que os psicólogos tivessem um instrumento que medisse as mesmas características do anterior. O G-38 é baseado nos mesmos princípios do G-36, ou seja, teste de inteligência não verbal. O instrumento é produto nacional, de autoria de Efraim Rojas Boccalandro. É editado pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda. e sua data original é 1979. Em relação à edição, o mesmo manual oferece dois números relativos à edição - 2ª e 3ª (uma na capa e outra nos dados catalográficos), não garantindo qual é a informação correta. No manual (2002) há um agradecimento à Prof Dr³ Irai Cristina Boccato Alves por ter colaborado com a introdução do manual.

De acordo com o manual, o teste pode ser aplicado sem restrições em adultos de qualquer grau de instrução. O material é constituído por manual, caderno de teste, crivo de correção e folha de respostas. A aplicação pode ser individual ou coletiva, e embora o teste seja aplicado sem limite de tempo, há uma consideração em relação ao tempo mínimo (7 minutos) e máximo (45 minutos, sendo medianamente realizado em 16 minutos e 31 segundos).

Características Psicométricas:

Amostra: o manual apresenta o estudo realizado pelo autor no primeiro manual e uma pesquisa desenvolvida em 2001 na cidade de São Paulo, que contou com 247 sujeitos, sendo 194 do sexo masculino e 53 do sexo feminino, que participaram de processos seletivos na Editora Vetor Psico-pedagógica Ltda. As

idades variaram de 18 a 66 anos e os sujeitos tinham segundo grau completo ou incompleto e superior completo ou incompleto.

Análise de itens: o teste foi aplicado a 500 candidatos a emprego num banco de São Paulo. Obteve-se o coeficiente de correlação bisserial e dois dos itens foram eliminados por ter apresentado correlações negativas.

Fidedignidade: a homogeneidade foi medida pela fórmula Kuder - Richardson (0,845).

Validade: a validade por se tratar de uma forma paralela foi testada apenas com o G-36. Foram aplicados os dois instrumentos em 105 candidatos a emprego na cidade de São Paulo. O coeficiente de correlação de Pearson entre G-36 e G-38 foi 0,78.

Referências:

Alves, I. C. B., Colosio, R. &, Ruivo, R. J. (1992). O Teste R-1: um estudo das variáveis idade, sexo e escolaridade. *Anais da 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 44, p. 904.

Matarazzo, J. (1976). *Wechsler. Medida e Avaliação da Inteligência do Adulto*. São Paulo: Manole.

Raven, J. C., Court, J. H. &, Raven, J. (1988). *Manual dor Raven's Progressive Matrices and Vocabulary Scales: section 3. Standard Progressive Matrices*. London: H. K. Lewis & Co.

Raven, J., Raven, J. C. &, Court, J. H. (1991). *Manual for Raven's Progressive Matrices and Vocabulary Scales: section 1. Genral Overview*. Oxford: Oxford Psychologists Press.

Stenberg, R. J. (1990). *Metaphors of Mind. Conceptions of nature of intelligence*. Cambridge: Cambridge University Press.

R-1 - Teste Não Verbal de Inteligência

O R-1 foi criado inicialmente para avaliar inteligência de candidatos a motoristas. Caracteriza-se como uma medida de inteligência não verbal, construída para ser usada principalmente com pessoas com instrução de nível fundamental. A construção baseou-se nas Matrizes Progressivas de Raven, sendo que o tipo de resposta exigida é eleição múltipla.

O Teste R-1 é produto nacional e foi criado em 1973 com o objetivo de avaliar a inteligência de adultos, tanto de candidatos a motoristas, como em outras aplicações. O autor original é Rynaldo de Oliveira, e a presente edição (2002, 2ª edição revisada e ampliada) conta com a participação de Irai Cristina Boccato Alves. Participaram das pesquisas vários psicólogos de diferentes estados brasileiros. O material foi publicado pela Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda.

O teste destina-se a adultos. Há uma ressalva no novo manual em relação aos sujeitos analfabetos: “como as novas tabelas de normas apresentadas neste manual não incluem sujeitos analfabetos, recomenda-se que o teste seja aplicado apenas a pessoas alfabetizadas” (p.9).

O material constitui-se de manual, caderno de teste, folha de resposta, lápis preto, borracha, chave de apuração e cronômetro. A aplicação pode ser individual ou coletiva, sendo que no caso de aplicação coletiva, o número máximo de sujeitos na sala deve ser 30. O tempo máximo de aplicação é de 30 minutos, variando porém, em função dos objetivos da aplicação (“em situações de uso clínico ou situações especiais, em que for necessário obter mais dados sobre o examinando, pode-se aplicar o teste sem limite de tempo”, p. 50).

Características Psicométricas:

Amostra: para o estabelecimento de normas, o instrumento foi aplicado em várias amostras, a saber: São Paulo - 1318 sujeitos candidatos à carteira nacional de habilitação na região de São José dos Campos; 423 sujeitos que participaram de processos seletivos na Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda. na cidade de São Paulo; Paraná - 2102 sujeitos que realizaram o teste para obtenção da carteira de habilitação; Rio de Janeiro: 363 candidatos à obtenção da carteira de habilitação; Espírito Santo - 495 sujeitos (o manual não especificou o objetivo das testagens); Rio Grande do Norte - 253 sujeitos, também sem especificação das condições de aplicação; Recife - 1000 sujeitos, candidatos a motoristas.

Análise de Itens: a consistência interna foi calculada por meio da correlação ponto-bisserial de cada item para essa amostra, quando da análise de itens. Os resultados indicaram que supostamente quando um raciocínio novo é introduzido, o item é mais fácil e a dificuldade vai aumentando progressivamente.

Fidedignidade: a precisão do instrumento foi obtida a partir da aplicação do teste-reteste e das metades, empregando a fórmula de Spearman-Brown. A amostra de verificação da precisão através do teste-reteste contou com 64 sujeitos, com idade variando de 18 a 48 anos e escolaridade variando entre 5ª série do 1º grau e 2º grau completo. Não houve um mesmo intervalo de tempo para as reaplicações do teste nos sujeitos. O coeficiente de correlação entre teste e re-teste foi 0,677. A precisão das metades entre itens pares e ímpares foi calculada na amostra do Paraná, ou seja, contou com 2.102 sujeitos. A correlação foi de 0,80, e quando corrigida pela fórmula de Spearman-Brown, 0,89.

Validade: o estudo da validade de critério foi realizado através da correlação com o Teste de Matrizes Progressivas de Raven - escala geral. Participaram 50 sujeitos com idade variando de 18 a 42 anos e a escolaridade variou de primeiro grau a superior. O coeficiente de correlação de Pearson foi de 0,762.

Referências:

Alves, I. C. B., Colosio, R. &, Ruivo, R. J. (1992). O Teste R-l: um estudo das variáveis idade, sexo e escolaridade. *Anais da 44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 44, 904.

Alves, I. C. B., Colosio, R. &, Ruivo, R. J. (1995). O Teste R-l: precisão através do reteste. *Boletim de Psicologia*, XLV, 103, 31-36.

Erthal, T. C. (1987). *Manual de Psicometria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Oliveira, R. (1963). *R-l. Teste Não-Verbal de Inteligência. Manual*. São Paulo: Vetor.

Terman, L. M. (1921). The nature and measurement of intelligence. *The Journal of Educational Psychology*, 12(3), 127-133.

CPS - Escalas de Personalidade de Comrey

“A Escala de Personalidade de Comrey é um teste de longa e reconhecida tradição no mercado de instrumentos psicológicos” (Costa, 1997 p.9). O destaque que o instrumento recebe refere-se ao seu método objetivo de avaliar a personalidade, o que lhe confere, segundo o manual, o status de máximo grau psicométrico. Além da versão em papel, o teste oferece uma versão informatizada.

O nome original do instrumento é *Comrey Personality Scale*, de autoria de Andrew L. Comrey. Ele foi publicado em 1970 e em 1983 recebeu a tradução para o português por Aroldo Rodrigues. Pouco tempo depois, em 1987 passou por nova revisão. A versão aqui apresentada é uma forma revisada da edição anterior. O trabalho foi revisado em 1997, sob responsabilidade de Flávio Rodrigues Costa. Vale destacar que embora haja uma publicação recente do material, há menção de que como este último manual refere-se a uma revisão, maiores informações sobre o teste deverão ser consultadas no manual de 1987. O instrumento se destina à avaliação da personalidade e também é indicado para a identificação de problemas de ordem psiquiátrica.

O instrumento pode ser aplicado individual ou coletivamente e não há limite de tempo, mas em média a aplicação leva 50 minutos. No que se refere à faixa etária, ele é recomendado para pessoas de qualquer idade com nível de escolaridade acima do 1º grau completo. O material do teste constitui-se em manual, caderno de afirmações, folha de resposta e folha de perfil.

Características Psicométricas:

Amostra: participaram como sujeitos da pesquisa, 15 mil candidatos de todas as capitais estaduais brasileiras com formação escolar de 2º grau completo ou acima, de ambos os sexos, com idade mínima de 18 anos.

Validade: as CPS mostram forte validade de construto. A análise fatorial das escalas originais mostrou a presença de oito fatores importantes de personalidade sendo os mesmos encontrados idênticos na pesquisa da adaptação brasileira (Rodrigues, 1974).

Precisão: a fidedignidade foi verificada por meio do método das duas metades. Com os resultados obtidos da aplicação aos 746 sujeitos de ambos os sexos, obteve-se os seguintes coeficientes de fidedignidade dos fatores: T = 0,91; O = 0,92; C = 0,94; A = 0,91; S = 0,95; E = 0,96; M = 0,87; P = 0,94. Não há dados sobre a estabilidade a longo prazo.

Referências:

Comrey, A. L. & Backer, T. E. (1970). *Construct validation of the Comrey Personality*.

Rodrigues, A. & Comrey, A. L. (1974). Personality Structure in Brazil and the United States. *Journal of Social Psychology*, 92, 19-26.

Rodrigues, A. & Comrey, A. L. (1987). *Escala de Personalidade Comrey*. 7 ed. São Paulo: Vetor Editora.

Rodrigues, A. (1979). As Escalas de Personalidade de Comrey: desenvolvimentos recentes e novos grupos normativos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 31(4), 155-166.

Scales. *Multivariate Behavioral Research** 5, 469-477.

BFM - 1 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Testes de Atenção

A BFM - 1 é fruto da integração da Legislação de Trânsito, da Engenharia e da Educação de Trânsito e da Psicologia. A bateria é composta por um conjunto de instrumentos destinados à investigação, avaliação, classificação e padronização de funções consideradas indispensáveis para o condutor. Segundo o manual, os testes de atenção da BFM - 1 não devem ser classificados

O TADIS -1 e o TADIS - 2 contaram com 428 sujeitos com idade mínima de 18 anos, candidatos a carteira de motorista, em São José dos Campos - S.P. No que se refere à escolaridade, variou de I^a série a nível superior completo.

Fidedignidade: para verificação da fidedignidade no TADIM e no TADIM - 2, no TACOM - A e no TACOM - B e no TADIS - 1 e no TADIS - 2 foi utilizado o método das formas paralelas, sendo que cada participante foi submetido à avaliação concomitante, mas não necessariamente sequencial, para minimizar o efeito da aprendizagem. Os respectivos coeficientes de correlação de Pearson indicaram correlações de 0,74, 0,81 e 0,88.

Validade: as validades consideradas nos seis instrumentos foram de construto e simultânea. No que se refere à validade de construto, o autor aponta que as tabelas de percentis dos instrumentos indicam uma boa uniformização ou distribuição dos pontos, evidenciando um aumento nos resultados de acordo com o aumento da escolaridade dos sujeitos. Já em relação à validade simultânea, a Bateria foi correlacionada com o Teste AC de Suzy Cambraia; as correlações variaram de 0,55 a 0,78. Os resultados da Bateria também foram comparados aos resultados do R-1, indicando correlações entre 0,37 e 0,61.

Referências:

Del Nero, H. S. (1997). *O sítio da mente: pensamentos, emoção e vontade no cérebro humano*. São Paulo: Collegium Cognitio Ltda.

Gardner, H., Komhber, M. & Wake, W. (1998). *Inteligência - múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul.

Martins, L. (1998). Perigo ao volante. *Revista Quatro Rodas*. Editora Abril, julho, ano 38, n° 456.

Simões, E. A. Q. & Tiedemann, K. (1985). *Psicologia da Percepção II*. São Paulo: E.P.U.

Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.

BFM - 2 B a t e r í a d e F u n ç õ e s M e n t a i s p a r a M o t o r i s t a - T e s t e d e M e m ó r i a

A BFM - 2 é uma bateria composta por um teste TEMPLAM - Teste de Memória de Placas para Motoristas e objetiva investigar os processos mnemônicos dos candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação. O TEMPLAM foi baseado no Teste de Memória que compõe a Bateria T.S.P. (King, 1956, traduzido e publicado pela Edites, 1969). A Bateria foi lançada em 2000 pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda. E o autor é Emílio Carlos Tonglet.

O material do teste consiste em manual, caderno, crivo de apuração e tabela comparativa dos resultados, cronômetro e caneta. A aplicação pode ser feita individual ou coletivamente e no caso de aplicação coletiva, não deve ultrapassar 10 sujeitos por sala. O tempo de aplicação é de aproximadamente 5 minutos.

Características Psicométricas:

Amostra: fizeram parte da amostra 926 pessoas, candidatos à carteira nacional de motorista, de São José dos Campos - S.P. A

idade dos sujeitos foi superior a 18 anos e o nível de escolaridade variou de 1ª série à superior completo.

Fidedignidade: para verificação da fidedignidade foi utilizado o método de precisão das metades; o coeficiente de correlação foi de 0,79 e o valor estimado pela correção de Spearman-Brown foi de 0,88. Para o estudo da fidedignidade a amostra foi composta por 930 sujeitos.

Validade: as validades consideradas no instrumento foram de construto e simultânea. No que se refere à validade de construto, o autor aponta que as tabelas de percentis dos instrumentos indicam uma boa uniformização ou distribuição dos pontos, evidenciando um aumento nos resultados de acordo com o aumento da escolaridade dos sujeitos. Já em relação à validade simultânea, foram comparados os resultados do TEMPLAM com os do T.S.P. O coeficiente de correlação de Pearson foi de 0,83.

Referências:

Abbagnano, N. (1998). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1977). A interpretação das afasias - um estudo crítico. Em A. Vediglione. *A matemática do inconsciente*. Lisboa: Edições 70.

Garcia-Rosa, L. A. (1991). *Introdução à Metapsicologia Freudiana 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Kandel, E. R. Et alii (1995). *Fundamentos da Neurociência e do Comportamento*. Rio de Janeiro: Editora Prentice-Hall do Brasil Ltda.

Pirito, M. A. (1999). Considerações sobre o motorista idoso. *Revista ABRAM ET*, n° 30, maio/junho.

BFM - 3 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Teste de Raciocínio Lógico

O BFM - 3 faz parte da Bateria de Funções Mentais, que por sua vez é um conjunto de instrumentos psicológicos que tem por finalidade investigar as funções mentais relacionadas ao ato de dirigir. Este instrumento compõe o terceiro volume que investiga o raciocínio lógico por meio do TRAP - 1 (Teste de Raciocínio de Placas). De acordo com o manual, o TRAP - 1 supre uma lacuna na avaliação psicológica, uma vez que não havia até então, teste para avaliar o raciocínio de candidatos a carteira de motorista. A Bateria é de autoria de Emílio Carlos Tonglet e foi lançada em 1999 pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda.

O material do teste consiste de manual, caderno de teste, folha de respostas, crivo de apuração e crivo de análise de erros, além de cronômetro, e caneta. O tempo médio de realização do teste é de 18 minutos e 37 segundos e a aplicação pode ser de maneira individual ou coletiva.

Características Psicométricas:

Amostra: fizeram parte da amostra 613 pessoas, com idade a partir de 18 anos e com escolaridade de 1ª série até nível superior. Os sujeitos eram candidatos a carteira nacional de habilitação, na cidade de São José dos Campos - S.P.

Fidedignidade: utilizou-se o método de divisão das metades e o coeficiente de correlação de Pearson foi de 0,79.

Validade: as evidências de validade consideradas no instrumento foram de construto e simultânea. No que se refere à

validade de construto, o autor aponta que as tabelas de percentis dos instrumentos indicam uma boa uniformização ou distribuição dos pontos, evidenciando um aumento nos resultados de acordo com o aumento da escolaridade dos sujeitos.

Para o estudo de validade simultânea optou-se pelo uso do R-1 (Rynaldo de Oliveira). O coeficiente de correlação de Pearson foi de 0,82.

Referências:

Boccalandro, E. R. (1996). *Manual do G-36 Teste Não-Verbal de Inteligência*. São Paulo: Vetor.

Chauí, M. (1994). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.

Luria, A. R. (1984). *Fundamentos da Neuropsicologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.

Mesulan, M. & Weintraub, S. (1985). Mental State Assessment of Young and Elderly Adults in Behavioral Neurology. Em M. Mesulan. *Principles of Behavioral Neurology*. Philadelphia: F. A: Davis Company.

Piaget, J. (1973). *Seis Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense.

AC - Atenção Concentrada

O Teste Atenção Concentrada é uma produção nacional, de autoria de Suzy Vijande Cambraia e editado pela Vetor originalmente em 1967, sendo que passou por revisões cujas datas não constam do manual avaliado. A última edição data de 2002 e traz pesquisa desenvolvida em 2001.0 objetivo do instrumento é

avaliar a capacidade que o sujeito tem de manter sua atenção concentrada no trabalho, por um período de tempo.

Há indicações no manual de que o teste pode ser aplicado em todos os níveis de escolaridade, do analfabeto ao curso superior; não há indicação de limites de idade. A aplicação pode ser individual ou coletiva e, em média, ocupa 5 minutos.

O material é composto por manual, crivo de correção e folha de resposta. No manual não constam referências bibliográficas.

Características Psicométricas:

Padronização: a amostra de atualização de 1974 incluiu 2345 indivíduos, de ambos os sexos, com idade acima de 16 anos. Há referência sobre outra pesquisa desenvolvida em Maringá, na mesma época, com 1304 sujeitos de ambos os sexos e com idade superior a 18 anos.

Validade: para o estudo de validade, 200 sujeitos foram submetidos ao Teste de Atenção Concentrada e ao Teste de Toulouse-Piéron; o coeficiente de correlação limiar de Pearson apresentou-se na ordem de 0,93.

Precisão: Não há indicações no manual de estudos a respeito.

Referências:

Bernstein, J. (1955). Introducción. La Psicología Factorial de Spearman. Em C. Spearman. *Las Habilidades del Hombre. Su naturaleza y medición*. Buenos Aires: Paidós.

English, H. B. & English, A. C. H. (1956). *Dicionário de Psicologia*. México: Fondo de Cultura Económico.

Szekely, B. (1973). *Los Tests. Manual de Técnicas de Exploración Psicológicas*. Buenos Aires: Kapelusz.

Tonglet, E. C. (1999). *BFM-1 Bateria de Funções Mentais para Motoristas. Teste de Atenção*. São Paulo: Vetor.

Warren, H. C. (1956). *Dicionário de Psicologia*. México: Fondo de Cultura Económico.

AC-15 At en ç ã o C o n c e n t r a d a

O teste foi construído para preencher a necessidade de verificar a capacidade de atenção dos sujeitos em um período razoável de tempo, de acordo com o manual. O autor esclarece que esse é um diferencial do instrumento em relação aos demais, ou seja, a capacidade de se manter atento por mais tempo. O teste foi elaborado seguindo o modelo do Minnesota Clerical Test (Andrew & Patterson, 1933). O instrumento é nacional, de autoria de Nestor Efraim Rojas Boccalandro e foi publicado pela Vetor Editora Psico-pedagógica Ltda. em 1977.

O material do teste consiste em manual, folha de resposta e crivo de correção. A aplicação pode ser individual ou coletiva e o tempo é aproximadamente de 15 minutos.

Características Psicométricas:

Amostra: participaram como sujeitos 1494 candidatos a cargos de operadores e programadores de processamento de dados em uma instituição financeira da cidade de São Paulo, sendo que o nível instrucional variou de ginásial a superior (superior - 245; colegial - 1055 e ginásial - 194).

Validade: na pesquisa de validação, das 901 mecanógrafas que trabalham em turnos diurnos, foram escolhidas 88, de tal maneira que se formassem três sub-grupos, de acordo com o desempenho no exercício da função (acima da média, média e desempenho abaixo da média). O desempenho no trabalho permitiu uma classificação com dois critérios: a) por quantidade de trabalho ou produção e b) por qualidade de trabalho e precisão. No que se refere à produção, obteve-se o coeficiente de 0,25 para a primeira parte da produção. As segunda e terceira partes não puderam oferecer coeficientes de correlação, pois os dados contrariaram a hipótese de correlação. No que se refere à relação entre o desempenho no teste e qualidade de trabalho, o coeficiente de correlação trisserial na primeira parte foi de 0,58 e na segunda, 0,33. Na terceira parte não se observou correlação.

Precisão: a fidedignidade foi calculada por meio da verificação da consistência interna (o AC-15 foi dividido em três partes). Foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson: 0,82, 0,79 e 0,91.

Referências:

Dixon, W. J. & Massey Jr., F. J. (1957). *Introduction to Statistical Analysis*. New York: McGraw Hill Book Company Inc.

Faverge, J. M. (1960). *Statistiques en Psychologie Appliquée*. France: Universitaires de France.

Paterson, D. G. et al. (1941). *The Minnesota Occupational Rating Scales*. Chicago: Science Research Associates.

Siegel, S. (1956). *Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences*. New York: McGraw-Hill do Book Company Inc.

Super, D. E. (1949). *Appraising Vocational Fitness by Means of Psychological Tests*. New York: Haper & Brothers.

Matrizes Progressivas - Escala Avançada

O Teste de Raven é muito usado dentre as possibilidades de lápis e papel e teve uma repercussão em diferentes países e culturas. Eles foram criados tendo em vista dois objetivos: servir como teste de triagem e oferecer treinamento rápido, econômico e eficiente aos que não estão familiarizados com este tipo de tarefa (solução de problemas). Há uma observação no manual de que o autor não se preocupou em fundamentar o teste, ele o conceituou como objetivando a “capacidade de observação e clareza de raciocínio”.

O nome original do instrumento é Advanced Progressive Matrices, de autoria de J. C. Raven, tendo sido publicado em 1938, pela H. K. Lewin e Co. Ltda. A tradução e adaptação foi de Francisco Campos. A publicação brasileira foi realizada pelo CEPA e o manual mais recente data de 2002.

A aplicação pode ser individual ou coletiva e o tempo máximo de realização é 60 minutos. O material consiste em manual, caderno, folha de resposta e crivo de apuração. O instrumento se destina à avaliação de adolescentes (a partir de 12 anos) e adultos.

Características Psicométricas:

Amostra: o manual descreve diferentes estudos que utilizaram amostras distintas, mas não há registros de padronização brasileira.

Precisão: a verificação da precisão se deu por meio do teste-reteste, aplicado a uma amostra de 444 sujeitos, adolescentes e adultos. O coeficiente de precisão para adolescentes foi inferior (0,76 e 0,86) ao coeficiente para adultos (0,91). Vale destacar que este estudo foi desenvolvido por G. A. Foulds.

Validade: a fim de se verificar a validade do instrumento os resultados obtidos por estudantes de escolas técnicas e por universitários foram comparados. Também foram desenvolvidos estudos comparativos quanto ao tempo de execução e entre as diferentes escalas das Matrizes Progressivas.

Referências:

Forbes, A R. (1964). An item analysis of the advanced matrices. *Brit. Journal Educational Psychology*, 34, 3.

Foulds, G. A. & Raven, J. C. (1950). An experimental survey with progressive matrices (1947) sets I and II. *Brit. Journal Educational Psychology*, 20, p. 104-110.

Raven, J. C. (1941). Standardization of Progressives Matrices, 1938. *Brit. Journal Med. Psychology*, 19, p. 137-150.

Yates, A J. (1963). A further study of progressive matrice (1947). *Brit. Journal Educational Psychology*, 33, p. 307-311.

Yates, A J. (1963). Item analysis of progressive matrices (1947). *Brit. Journal Educational Psychology*, 31, p. 152-157.

Matrizes Progressivas - Escala Geral

De acordo com a apresentação feita por Francisco Campos no manual mais recente do instrumento, o Teste das Matrizes

Progressivas, com mais de 40 anos de existência, ainda não envelheceu; e, como já apontado na descrição anterior, dentre os instrumentos de lápis e papel, ele ainda é um dos mais destacados no teste de medida da inteligência. No Brasil, o teste foi introduzido em 1949 pelo ISOP de Barbacena.

O nome original do instrumento é Standard Progressive Matrices, de autoria de J. C. Raven, tendo sido publicado em 1947, por Oxford Psychologists Press, Oxford, England. A tradução e adaptação ficaram sob responsabilidade de Francisco Campos (revisão realizada por Suzana Ezequiel da Cunha). A publicação brasileira foi realizada pelo CEPA e o manual mais recente data de 2001.

O instrumento pode ser aplicado individual ou coletivamente, em sujeitos com idade a partir dos 12 anos e não há limite de tempo para a execução da tarefa. O material se constitui em manual, caderno, folha de resposta e chave de apuração.

Características Psicométricas:

Amostra: o manual mais recente do instrumento apresenta normas brasileiras resultantes de uma pesquisa com 368 sujeitos, sendo 174 do sexo masculino e 194 do sexo feminino. O nível de instrução dos sujeitos variou entre primeiro grau incompleto a pós-graduação e a idade entre 13 e 56 anos. Quanto aos demais aspectos, o manual afirma que para a publicação procedeu-se a uma análise das pesquisas realizadas com o instrumento. Alguns estudos são mencionados.

Referências:

Angelini, A L., Rosamilha, N. &, Almeida, R. M. (1966). Normas brasileiras do Teste de Matrizes Progressivas. São Paulo: *Ciências e Cultura*, 13-14.

Campos, F. (1973). A divisão de seleção: Matrizes Progressivas: dados numéricos comparados. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, jun, 7-14.

Desai, M. (1952). The test-retest reliability of the Progressive Matrices Test. *Brit. Journal Medical Psychology*, vol. XXV, part. 1.

Esther, F. J. S., Raven, J. C. &, Earl, C. J. C. (1942). Discussion on Testing Intellectual Capacity in Adults. *Proc. Roy Society Medical*, vol. XXV, no 12

Raven, J. C. (1940). Matrix Tests. *Mental Health*, jan.

Teste D-70

O D-70 destina-se à avaliação da inteligência não-verbal, tendo sido elaborado a partir do Teste D-48. Embora os instrumentos sejam semelhantes pode-se afirmar que no D-70 as leis que regem os itens variam de maneira mais sistemática e, eventualmente, aparecem combinados, o que acaba por dificultar a solução do problema. O nome original do instrumento é Test D-70, publicado por Editions du Centre de Psychologie Appliquée, em 1970. No Brasil, o instrumento foi publicado em 1988 pela Casa do Psicólogo, e em 1996 (2ª edição) pelo Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia - CETEPP, sob responsabilidade de José Luciano Miranda Duarte, que padronizou o teste.

A aplicação do instrumento pode ser individual ou coletiva em pessoas acima de 15 anos e o tempo de execução é de 25 minutos. O material consiste em manual, caderno de questões e folha de resposta.

Características Psicométricas:

Amostra da padronização brasileira segundo o manual apresenta dados da participaram de uma amostra com 1167 sujeitos, sendo que 632 eram alunos do 2º grau. Estes em relação ao sexo eram do sexo masculino (312) e 320 do sexo feminino. A faixa etária variou entre 17 e 44 anos, sendo o nível instrucional mínimo de 2º grau (incompleto). Os sujeitos foram escolhidos dentre trabalhadores de algumas empresas da cidade de São Paulo. Quanto às escolas dos referidos estudantes, 10 escolas eram da rede estadual e 8, da rede particular de ensino, distribuídas aleatoriamente por sorteio.

Precisão (padronização brasileira): o estudo da precisão se deu por meio do teste-reteste, em 70 alunos do 2º grau, sendo que o intervalo entre as aplicações foi de 40 dias. A correlação de Pearson entre ambas as aplicações revelou um coeficiente de 0,88.

Referências:

- Guilford, J. P. (1954). *Psychometric Methods*. New York: McGraw-Hill.
- Gulliksen, H. (1950). *Theory of mental tests*. New York: Wiley and Sons.
- Anstey, E. (1966). *Psychological tests*. New York: Thomas Nelson and Sons.

Guilford, J. P. & Fruchter, B. (1978). *Fundamental Statistics in Psychology and Education*, 6th ed. New York: McGraw-Hill.

Lourenção Van Kolck, O. (1981). *Técnicas de Exames Psicológicos e suas Aplicações no Brasil, "Testes de Aptidões"*, 3th ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Teste dos Conjuntos Emparelhados

O Teste dos Conjuntos Emparelhados é um instrumento que objetiva avaliar o grau de atenção do sujeito, informando também sua capacidade de discriminação visual. Assemelha-se ao Toulouse-Piéron, porque é composto de 8 itens diferentes e a principal variável é a modificação da posição de elementos do conjunto.

A autora é Suzana Ezequiel da Cunha e o instrumento foi publicado pelo CEPA, em 1980. O teste pode ser aplicado individual ou coletivamente, sendo que o tempo de execução é de 3 minutos. O material do teste consiste em manual, caderno de resposta e crivo de apuração.

Características Psicométricas:

Amostra: o teste foi aplicado a aproximadamente 3000 pessoas, ambos os sexos, e idade superior a 13 anos. As normas foram estabelecidas a partir de uma amostra de 665 estudantes de diversos estabelecimentos de ensino de Belo Horizonte, matriculados nas 4^a séries do 1^o grau, no 2^o grau e em cursos superiores.

Precisão: as informações presentes no manual são mostram que a precisão do teste foi obtida através da correlação das duas

metades e dos testes Conjuntos Emparelhados, Toulouse-Pierón, Nomes e Números e a Bateria CEPA

Validade: o índice de validade foi de 0,98 pelo Coeficiente de Correlação de Spearman. Não há outras informações.

Referências:

Não há referências disponíveis no manual.

16 PF - Questionário dos 16 Fatores de Personalidade

O Questionário dos 16 Fatores de Personalidade foi criado por Raymond Cattell e cols, a partir da elaboração de um catálogo de traços representando os atributos observáveis e descritivos de variáveis do comportamento humano, buscando definir e medir objetivamente os componentes básicos da personalidade e que a análise fatorial demonstrou serem unitários na sua natureza. Esta definição dos traços partiu dos componentes primários da personalidade, por meio da seleção de 171 itens. No Brasil utilizaram-se as duas formas paralelas do 16 PF, a Forma A e B tendo um total de 187 itens em cada uma. A editora CEPA em 1999 publicou a tradução e adaptação da quinta edição cujo conteúdo foi atualizado e modificado totalmente. A administração pode ser individual ou coletiva e o tempo de aplicação varia de 35 a 50 minutos.

Operacionalização do instrumento: os escores brutos são apurados com a utilização de chaves de correção das respostas; os resultados são transformados em resultados-padrão, inclusive com as instruções para o cálculo dos estenos. A apuração dos

resultados segue com a consulta e uso de tabelas (diferenciadas por sexo masculino ou feminino), para os cinco fatores globais, sendo os resultados dos estenos expressos nos 16 fatores primários.

O instrumento 16 PF é de produção internacional, traduzido e adaptado por Eugênia Moraes de Andrade e Dulce de Godoy Alves. Editado no Brasil pelo Centro Editor de Psicologia Aplicada Ltda - CEPA, sua data original é de 1954. A Quinta Edição é composta por 185 itens, cujas opções de respostas possuem três alternativas, para os seguintes fatores: Expansividade, Requite, Inteligência, Auto-suficiência, Afirmção, Estabilidade Emocional, Consciência, Desenvoltura, Brandura, Confiança, Preocupação, Apreensão, Abertura a novas experiências, Tensão, Disciplina e, Imaginação. Os fatores de segunda ordem foram substituídos pelos chamados Fatores Globais: Extroversão, Rigidez de Pensamento, Autocontrole, Independência e Ansiedade. Apresenta ainda possibilidade de avaliação das tendências de respostas do examinando: Aquiescência, Não-Frequência e Administração da Imagem.

É aplicável, em média, a partir dos 16 anos de idade, a sujeitos com nível de leitura equivalente ao Ensino Fundamental Completo. O material, editado pela CEPA, compreende manual, caderno de teste, folha de respostas, folha de perfil de personalidade (com instruções para cálculo dos fatores globais, no verso) e as chaves de correção das respostas.

Características Psicométricas da terceira edição:

Amostra: o manual apresenta diversos estudos para a atualização do instrumento em 1962. A amostra foi de 2234 sujeitos

de ambos os sexos com idades variando entre 17 e 63 anos, os sujeitos tinham de primeiro grau completo a instrução superior.

Fidedignidade: a homogeneidade foi medida pelo método de correlações entre itens.

Validade: estudos sobre a validade do instrumento no Brasil não foram identificados no manual pela editora, nem se encontrou, até a presente data, artigos ou demais publicações sobre o instrumento, quer da 3ª ou da 5ª edição.

Referências:

Barron, F. & Harrington, D. M. (1981). Creativity, intelligence, and personality. *Annual Review of Psychology*, 32, 439-476.

Cattell, H. B. (1989). *The 16 PF: Personality in depth*. Champaign, IL: Institute for Personality and Ability testing, Inc.

Conn, S. R. & Rieke, M. L. (1994). Response style indices. In S. R. Conn & M. L. Rieke (Eds.), *The 16 PF Fifth Edition technical manual*. Champaign, IL: Institute for Personality and Ability Testing, Inc.

Guastello, S. J. (1993). *Implications of recent legislation for pre-employment personality testing*. Unpublished paper, Marquette University Department of Psychology.

Rieke, M. L., Guastello, S. J. & Conn, S. R. (1994). Leadership and creativity. In S. R. Conn & M. L. Rieke (Eds.), *The 16PF Fifth Edition technical manual*. Champaign, IL: Institute for Personality and Ability Testing, Inc.

IDATE - Inventário de Ansiedade Traço-Estado

O Inventário de Ansiedade Traço-Estado foi desenvolvido por Spielberg, Gorsuch e Lushene em 1964, para ser utilizado em adultos normais, como uma forma de medir objetivamente a ansiedade, representada por dois componentes, o estado (A-estado) e o traço de ansiedade (A-traço).

Segundo Cunha (2000), muito embora o IDATE tenha sido elaborado para uso com pessoas normais, as pesquisas subsequentes revelaram sua utilidade na avaliação de casos psiquiátricos. A tradução e adaptação brasileira foram realizadas por Biaggio e Natalício apresentando normas para adultos e adolescentes. Em cada escala existem 20 itens, e os avaliandos devem responder, escolhendo a alternativa dentre uma escala de quatro pontos (Para Ansiedade-Estado 1. Absolutamente não; 2. Um pouco; 3. Bastante; 4. MUITÍSSIMO. Para Ansiedade-traço são:

1. Quase nunca; 2. ^vAs vezes; 3. Frequentemente; 4. Quase sempre).

Administração: pode ser individual ou coletiva; quanto ao tempo, não existe limite para a aplicação que pode variar conforme o nível de escolaridade e a experiência com a leitura. Geralmente é necessário no máximo até 15 minutos aproximadamente para cada escala individual, e 30 minutos, aproximadamente, para ambas as escalas. Para avaliar os escores brutos faz-se necessário identificar os itens que serão invertidos (10 itens na escala A-estado e 7 na escala A-traço); e proceder repontuação destes. Uma vez obtidos os escores, estes são somados e consulta-se a tabela equivalente, localizando o escore bruto observado e transformando este em escore “T”, ou em percentil.

Amostra: foram obtidas amostras de universitários e escolares de SP e RJ totalizando 2679 participantes.

Fidedignidade: a consistência interna foi realizada com base no alpha de Cronbach (1956) cujos resultados foram de 0.36 a 0.92 dependendo do item das escalas A-estado e A traço. Da mesma forma observou-se variações entre as correlações item-restante (0.32 a 0.67) conforme a escala de ansiedade avaliada. Estes dados demonstraram serem superiores aos obtidos pelas amostras norte americanas e espanholas.

Validade: a validade simultânea foi obtida com sujeitos bilingües e oscilou de 0.50 a 0.95; por sua vez estudos quanto à validade de constructo foram relatados pelos autores caracterizando e dimensionando as avaliações subseqüentes das escalas em diversos usos e contextos.

Referências:

Atkinson, J. W. (1964). *An Introduction to Motivation*. New Jersey: Van Nostrand.

Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-335.

Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston, Row Peterson.

Hull, C. L. (1943). *Principles of Behavior*. New York: Appleton-Century Crofts.

Spielberger, C. D., Gorsuch, R. L. & Lushene, R. E. (1970). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory*. California: Consulting Psychologist Press.

RF - Reprodução de Figuras

Foi elaborado como parte do exame psicométrico de candidatos a motoristas e está embasado no teste viso-motor de L. Bender, sendo do tipo desenho livre e cópia. É um teste de personalidade, de produção nacional, de autoria de Otávio de Freitas Júnior e editado pelo Centro Editor de Psicologia Aplicada Ltda.; sua data original é de 1958 e está na sua 2ª edição (2001). De acordo com o manual o teste é aplicado em adultos de qualquer grau de instrução, idades e classes sociais.

O material é constituído por manual, uma folha de papel dividida em quatro quadrados apresentada em duas partes. A aplicação quando individual deve ser realizada em tempo livre, porém o tempo máximo na aplicação coletiva é de 5 minutos.

Características Psicométricas:

Amostra brasileira: a amostra utilizada foi de 60.000 candidatos a vagas de motoristas de todas as classes sociais, idades e nível de instrução.

Validade e Fidedignidade: no manual não consta nenhum dado sobre validade, fidedignidade e análise de itens. Existe referência a uma amostra com 200 crianças entre 3 e 16 anos, apresentando um coeficiente de correlação de 0,97.

Referências:

Ajuriaguerra, J., Zazzo, R. & Ganjon, N. (1949). Le Phénomène d'Accolement au Modèle. *L'Encéphale*, vol. 38, 1-20.

Bender, L. (1964). *Teste Gestáltico Visomotor*. Buenos Aires: Paidós.

Haworth, M. R. (1970). *The Primary Visual Motor Test*. New York: Grune e Statton.

Luria, A. R. (1966). *Human Brain and Psychological Processes*. New York: Harper and Row Publ.

STAXI - Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço

O trabalho sobre a avaliação do estado e traço de raiva começou em 1978, mas somente em 1981 o estudo empírico sobre avaliação da expressão da raiva foi iniciado. O STAXI foi desenvolvido para fornecer um método de avaliar os componentes da raiva que pudesse ser usado para avaliações de sujeitos normais e também na avaliação correlata de condições clínicas como doenças coronarianas, hipertensão, e neoplasias. O instrumento é produção internacional, de autoria de Charles D. Spielberger, traduzido e adaptado para o português por Biaggio. É editado pela Editora Vetor Psico-pedagógica Ltda e sua data original é 1979.

De acordo com o manual, o instrumento pode ser utilizado em sujeitos com idade a partir dos 13 anos; as normas são apresentadas no manual por sexo para adolescente, estudantes universitários, adultos e outras populações.

O material é constituído por manual, folha de apuração, um questionário de auto-avaliação e uma grade de correção. A aplicação pode ser individual ou coletiva; não existe um tempo limite, porém adolescentes e adultos o completam em 10 e 12 minutos.

Características Psicométricas:

Amostra brasileira: o manual apresenta diversos estudos para a validação do instrumento. Foram tomadas como base amostras de Porto Alegre e São Paulo com estudantes de 2º grau e universitários. A amostra foi composta por 718 sujeitos, sendo 280 do sexo masculino e 438 do feminino.

Fidedignidade: a fidedignidade de cada item foi calculada mediante correlações entre itens e o total de pontos na sub-escala a que pertence pelo alfa de Cronbach.

Validade: aplicou-se o teste de frustração de Rosenzweig para o estudo de validade em 37 estudantes universitários de diversos cursos, matriculados na disciplina: Estudos de Problemas Brasileiros D, sendo 25 do sexo feminino e 12 do masculino. Numa avaliação de construto Lummertz e Biaggio (1990) aplicaram o Tipo-T (Traço), e o ID ATE junto com o STAXI em 51 estudantes universitários, sendo 30 do sexo feminino e 21 do masculino.

Referências:

Biaggio, M. K. & Gurski, R. (1990). *Expressão da raiva em pacientes portadores de impedimentos motores nos membros superiores e inferiores*. Porto Alegre: SBPC.

Cattell, R.B., & Scheier, I.H. (1961). The meaning and measurement of neuroticism and anxiety. New York: Ronald Press.

Deffenbacher, J.L., Demm, P.M., & Brandon, A.D. (1986). High general anger: correlates and treatment. *Behavior Research Therapy*, vol.24, 481-489.

Gurski, R. (1990). *Relações entre ansiedade traço-estado e expressão de raiva*. Poa;SBPC.

Machado, S. e Baggio, A. (1990). *Adaptação do STAXI, de Spielberger, para o Brasil: estudos preliminares com sujeitos bilíngües*. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Porto Alegre.

2 - Test - Zulliger

O Z-Test é um teste de personalidade e surgiu do profundo conhecimento de Hans Zulliger acerca do método de Rorschach e com ele tendo profundas semelhanças. O instrumento é produção internacional cuja editora Hans Hubber representa os direitos internacionais. No Brasil, Cícero Vaz apresenta as últimas revisões sobre o material e novas normas quanto à classificação. É distribuído por várias editoras, sendo que em 1998 a Casa de Psicólogo, Livraria e Editora Ltda, apresenta o novo livro de Vaz. A forma de administração pode ser em slides ou em cartões (lâminas) para aplicações coletivas e individuais, respectivamente. Constitui-se condição mínima de avaliação coletiva que o examinando saiba escrever e que pelo menos tenha o primeiro grau. O material é constituído de três lâminas (ou slides), 3 cartões, folhas de localização e folha de síntese. A aplicação coletiva é dividida em 4 fases: apresentação, fase clara, fase escura e inquérito.

Características Psicométricas:

Amostra: Vaz realizou uma pesquisa com 1341, sendo 740 (55,2%) do sexo masculino e 601 (44,8%) do sexo feminino. As idades variaram entre 16 a 66 anos, com grau de escolaridade de primeiro grau incompleto ao superior completo.

Fidedignidade: na classificação das respostas da pesquisa descrita acima, foi utilizada a modalidade de um segundo e terceiro juiz, tendo em vista uma melhor fidedignidade de critérios em cada variável do Z-Test.

Referências:

Danna, R. H. (1993). *Multicultural assessment perspectives for professional Psychology*. Boston: Allyn And Bacon.

Frank, G. (1992). The response of African Americans to the Rorschach: a review of the research. *Journal of Personality Assessment*, 59 (2), 317-325.

Freitas, A. M. L. de (1996). *Teste Zulliger*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Guerra, A. G. (1980). *O Psicodiagnóstico de Hermann Rorschach - Atlas e Dicionário*. Petrópolis: Editora Vozes.

Souza, C. (1971). *O método de Rorschach (1ª edição 1953)*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda.

IFP - Inventário Fatorial de Personalidade

O IFP é indicado para avaliação individual ou coletiva de personalidade de adolescentes e adultos do sexo masculino e feminino com idades entre 18 e 60 anos de idade, sem alterações psicopatológicas, através de 15 fatores. É composto por teste, manual, chaves de correção das respostas e folhas de respostas e a duração da aplicação varia de 45 a 60 minutos. Trata-se de um teste adaptado do Edwards Personal Preference Schedule por Pasquali, Mazzarello e Ghesti (1997) e comercializado no

Brasil pela Casa do Psicólogo.

O Inventário de Personalidade (IFP) se fundamenta maximamente no Edwards Personal Preference Schedule (EPPS), desenvolvido por Edwards (1953) e revisado em 1959. Trata-se de um inventário da personalidade objetivo, baseado na teoria das necessidades básicas de Henry Murray (1938). O inventário visa avaliar o indivíduo na expressão de 15 necessidades: Assistência, Realização, Intracepção, Denegação, Ordem, Exibição, Apoio, Mudança, Heterossexualidade, Dominância, Persistência, Agressão, Deferência, Autonomia e Afiliação. A versão brasileira acrescentou a escala de desejabilidade social (Comrey - CPS) e uma escala de validade para verificação do grau de validade das respostas dos sujeitos e modificou o tipo de resposta da escolha forçada, para uma escala tipo Likert (7 pontos de 1, Nada característico até 7, Totalmente característico). O instrumento tem assim num total de 155 itens, 135 correspondentes aos fatores e 20 itens para as escalas de desejabilidade e de validade.

O inventário não tem tempo determinado para ser respondido, embora a prática tenha demonstrado que cerca de 60 minutos sejam suficientes para sua realização. A correção do teste é rápida e fácil e pode ser realizada tanto manualmente, cuidando o posicionamento correto das chaves de correção das respostas, como com o auxílio de uma leitura ótica ou computador. Sugerem os autores que sujeitos com um nível de escolaridade inferior, ou mesmo com dificuldades de leitura podem ter problemas na compreensão das instruções ou dos itens.

Validade: segundo o manual foi estabelecida a validade de construto por análise fatorial baseada numa amostra de 4308 sujeitos. A idade média dos participantes correspondeu a 21,5 anos,

sendo 74% dos sujeitos solteiros e mais de 60% com formação universitária. Quase 50% disseram possuir uma atividade profissional com renda média inferior a 5 salários mínimos. Verificaram os autores que 7 dos 15 fatores originais do EPPS apareceram claros, sendo os outros reunidos em grupos assim representados: Dominância com Exibição, Submissão com Deferência e Autonomia com Agressão.

Fidedignidade: na sua forma original, o EPPS apresenta coeficientes de consistência interna (baseados na técnica das duas metades), entre 0,60 e 0,87, com uma média igual a 0,78. Foram encontrados coeficientes de estabilidade de teste-reteste, (uma semana) variando de 0,55 a 0,87. O coeficiente de precisão das duas metades foi obtido pela divisão de cada faixa de 28 itens em dois grupos de 14 itens cada. Na validação brasileira foram encontrados os seguintes coeficientes alfas variando de 0,60 a 0,87. Evidenciaram os autores que mesmo para um número reduzido de itens em cada fator ($n = 9$), 11 dos 15 fatores apresentam coeficientes de fidedignidade aceitáveis.

Padronização: as normas de interpretação dos escores nos fatores do IFP são feitas em função do sexo do respondente única variável verificada como sendo relevante na estrutura dos fatores. As normas são expressas em escores percentílicos correspondem aos escores brutos que constituem a soma das respostas aos itens que compõem o respectivo fator. Em função dos percentis encontrados podem ser classificadas as faixas entre 30 - 70 como sendo provenientes das necessidades salientes do sujeito. Abaixo do percentil 40, entendem os autores como sendo as necessidades fracas e, os acima de 60, as necessidades fortes.

Referências:

Edwards, A. L. (1953). *Manual for the Edwards Personal Preference Schedule*. New York: Psychological Corporation.

Edwards, A. L. (1953). *Edwards Personal Preference Schedule*. New York: The Psychological Corporation.

Edwards, A. L., Wright, C. E. & Lunneborg, C. E. (1959). A note on “social desirability” as a variable in the Edwards Personal preference Schedule. *Journal of Consulting Psychology*, 23, 558.

Edwards, A. L. (1966). *Edwards Personality Inventory Manual*. Chicago: Science Research Associates, Inc.

Edwards, A. L. & Abbot, R.D.(1973). Relationships between the EPI scales and 16 pf, and EPPS scales. *Educational and Psychological Measurement*, 33, 231-238.

PSICODIAGNÓSTICO MIOCINÉTICO - PMK

O Teste Psicodiagnóstico Miocinético foi elaborado por Mira y López no final da década de 30, sendo utilizado pelo autor quando já radicado no Rio de Janeiro. Sua concepção da avaliação contempla a idéia de que os movimentos musculares dos sujeitos refletem as suas características mentais e psicológicas e sendo estes movimentos típicos decorrentes da facilidade, evidenciam assim seus traços de caráter. Desta maneira segundo Cunha (2000) “podem ser analisados através de traçados do sujeito. A técnica, portanto, investiga a relação mensurável entre fatores de personalidade e tônus muscular”.

Trata-se de uma técnica gráfica expressiva, onde o sujeito é convidado a realizar sete exercícios sobre folhas cujas dimensões

ocupam quase toda a mesa especial. Assim deverá o sujeito continuar os modelos de traçados, com e sem a visão da atividade, alternando a pedido do examinador, as mãos enquanto deve desenhar figuras como círculos, ziguezagues, escadas, cadeias, lineogramas paralelas, etc. Indicado a partir da adolescência, sem restrições quanto à escolaridade, inclusive podendo ser indicado na avaliação de analfabetos.

O material pode ser obtido pelas Editoras Vetor e CEPAC e compreende uma mesa articulável, cadernos de aplicação, anteparos para visão, lápis preto, azul e vermelho e folhas de papel vegetal com os modelos dos traçados já impressos, para serem utilizados na correção das respostas. Administração é de forma individual, com um tempo de até 30 minutos por sessão; a administração completa do teste inclui duas sessões, com o intervalo de 8 dias (Cunha, 2000).

Operacionalização do instrumento: são realizadas medidas dos traçados (respostas dos sujeitos) e comparadas a tabelas específicas; a interpretação considera também os indicadores e dados qualitativos. Indicado na avaliação clínica da personalidade (especialmente no que se refere à agressividade, emocionalidade, extra e intratensão, tônus psicomotor, tendência à inibição ou excitação, aspectos psicopatológicos, etc.).

Referências:

Assis, R. & Beatriz, H. de (1968). Pesquisa sobre a Agressividade em Delinquentes. *Juvenis. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 20 (3), 30-38.

Campos, N. A. & Alvim, M. (1976). Uma Hipótese de Correlação entre o Cinetograma do PMK e os Diagramas da AT. *Congresso Latino Americano de Análise Transacional*, 1, Rio de Janeiro, 16.

Mira, A. M. G. (1966). *PMK*. Curso na Universidade Central Venezuela. Caracas, 24.

Nick, E. (1971). *Escala de Escores Centróides para o PMK*. Grupo Masculino. Rio de Janeiro, Instituto de Seleção e Orientação do Ministério da Aeronáutica, 15.

Teste de Completamento de Desenhos - WARTEGG

O Teste de Completamento de Desenhos ou Wartegg foi elaborado por E. Wartegg (1939) com base num teste denominado de ‘Teste da Fantasia’, elaborando um sistema tipológico com elementos da Gestalt e de Jung, para explicar as funções básicas da personalidade. O teste apresenta oito quadrados, com 4 cm de lado emoldurados em preto, onde em cada um deles tem um desenho iniciado para estimular o sujeito a completá-lo. O teste, como outros projetivos gráficos, é muito simples de ser aplicado, sem quaisquer limitações quanto à escolaridade, sexo e idade, desde que tenha condições de realizar desenhos. O material é composto do manual e das folhas de aplicação, que são publicadas Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia. A administração pode ser individual ou coletiva, sem tempo limitado, porém, em geral, não ultrapassa de 30 minutos.

Operacionalização do instrumento: são utilizadas para análise da produção do sujeito, as formas das seqüências, conteúdo e das qualidades do estímulo, além da análise dos aspectos formais das respostas.

Referências:

Anderson, H & Anderson, G (1978). *Técnicas Projetivas de Diagnóstico Psicológico*. São Paulo: Mestre Jou.

Biedma, C. J. & D'Alfonso. P. G (1988). *A Linguagem do Desenho*. São Paulo: Mestre Jou.

Campos, D. M. S. (1970). *O Teste do Desenho como Instrumento de Diagnóstico da Personalidade*. Petrópolis: Vozes.

Fonseca, H. S. & Oliveira, F. Q. M. (1991). *O Teste Wartegg: interpretação formal e dinâmica*. Pelotas: Ed. Universitária Ufpel.

Hammer, E. F. (s/d). *Testes projetivos gráficos*. Buenos Aires: Editora Paidós.

6. Competências e Perfis

Profissionais em Avaliação

Psicológica

Quais as competências socialmente construídas por psicólogos que realizam avaliações psicológicas? A caracterização dessas competências permite-nos aferir o perfil profissional desses psicólogos?

A necessidade de refletir criticamente sobre as condições por meio das quais são desenvolvidas as práticas de avaliação psicológica e de que forma estas têm realmente contribuído para o aperfeiçoamento da ciência psicológica e para a qualidade dos serviços prestados à população é uma constatação sempre contemporânea aos especialistas em Avaliação Psicológica. A carência de psicólogos e pesquisadores especialistas, a desatualização científica dos instrumentos e técnicas de exame psicológico, as dificuldades de responder efetivamente às necessidades sociais sobre o que deve e como devem ser avaliados fenômenos e processos psicológicos, tudo isso, mostra um cenário de grandes dificuldades, mas desafiador.

A dimensão dos problemas que envolvem a formação de psicólogos e pesquisadores no domínio das explicações sobre as

características e as dimensões da conduta humana demanda, no nosso entendimento, uma avaliação crítica do que significa o processo de conhecer fenômenos e processos psicológicos. Parte das dificuldades encontradas na prática profissional e na produção de conhecimentos sobre aquilo que deve ser o objeto de trabalho dos especialistas em Avaliação Psicológica - a medida de fenômenos e processos psicológicos - está centrada na ausência de discussão sobre a natureza daquilo que deve ser o objeto de conhecimento: a personalidade do examinando? Os erros no desempenho de uma prova psicológica? A presença de uma patologia?

Avançar nessa discussão implica em criar condições intelectuais para discutir a formação de conceitos na investigação de fenômenos e processos psicológicos, sobre as relações entre objetividade, subjetividade e os graus de cientificidade obtidos na avaliação de problemas psicológicos e, principalmente, sobre uma certa tendência de naturalização do conhecimento psicológico existente, demonstrado, entre os psicólogos, por um apego ao que já é conhecido e habitual. Isso é possível ser percebido por meio de dois aspectos:

- a) Na redução do grau de autonomia (margem de manobra) para construir os sistemas de avaliação psicológica mais adequados às características da demanda (o que deve ser objeto de avaliação ou de diagnóstico). Esse tipo de situação conduz inevitavelmente ao comportamento tecnicista, isto é, ao desempenho e atitude profissionais que tendem a avaliar que o conhecimento sobre os fenômenos ou processos psicológicos é abstraído a partir das técnicas de exame psicológico utilizadas, da forma mais econômica e no menor tempo possível, seja qual for a natureza da demanda ou

as características do diagnóstico pretendido, cabendo aos profissionais apenas encontrarem as técnicas mais acessíveis e que mais se aproximem das abordagens teóricas;

- b) Ao constatar o comportamento de resignação e a sensação de impotência em mudar as atuais condições de trabalho e as práticas de avaliação psicológica experimentados pelos psicólogos que atuam em diferentes áreas de intervenção profissional. A ciência psicológica se ressentir dessa constatação e perde em mobilidade para os avanços técnicos, teóricos e educacionais necessários à sua efetividade social e científica.

Esses aspectos conduzem necessariamente a pensar sobre as formas pelas quais têm se construído as competências profissionais dos psicólogos que realizam avaliação psicológica e, inevitavelmente, apontam para dois aspectos associados à aferição dessas competências, ambos situados no processo de avaliação da qualidade dos serviços prestados à comunidade e às instituições de controle social do comportamento humano: a) o aprendizado e o aprimoramento do conhecimento sobre medidas de fenômenos ou processos psicológicos; b) a avaliação e a comunicação dos resultados das atividades desenvolvidas.

No âmbito da atividade da avaliação psicológica podemos afirmar, portanto, que ser competente significa saber usar a capacidade para integrar comportamentos para realizar tarefas e produzir resultados coerentes com as demandas sociais e técnicas por meio das quais a ciência e a prática psicológica devem responder.

Em termos de perfis profissionais, as diferentes competências construídas são mais ou menos valorizadas conforme a natureza

das expectativas dos indivíduos, seus projetos de atuação e as exigências técnicas do trabalho. Profissionais social e tecnicamente competentes em avaliação psicológica são aqueles capazes de se sensibilizar com as diferentes demandas e oportunidades de investigação de fenômenos e processo psicológicos, de controlar quais comportamentos emitir e quais suprimir em determinados contextos para realizar objetivos discriminados por si mesmos ou pelos outros em relação às situações de exame e de manter permanentemente a atitude de diagnosticar e de avaliar tendências.

De um modo geral, há dificuldades em obter dados de realidade sobre a atuação dos psicólogos que realizam avaliações psicológicas em diferentes contextos, o que limita o exame mais detalhado do perfil sócio-profissional-econômico desses profissionais, das características das atividades desenvolvidas, dos desafios enfrentados, das prioridades e projetos pessoais e necessidades de qualificação. Contudo, as diferentes exigências técnicas requeridas hoje na atividades de avaliação psicológica, assim como as necessidades de atualização de conhecimentos orientados à reflexão e a construção de procedimentos estratégicos, estes com certeza, são aspectos que devem ser fundamentalmente considerados.

Referências

- Adánez, G P. (1999). Procedimientos de Construcción y Análisis de Tests Psicometricos. In: S. M. Wechsler & R. S. L. Guzzo (orgs.) *Avaliação Psicológica - perspectiva internacional*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 57-100.
- Aiken, L R (1996) *Tests Psicológicos y Evaluación*. Mexico: Prattice Hall Hispano.
- Alchieri, J C Noronha, A. P. P. & Primi, R. (2003). *Guia de referência: Testes psicológicos comercializados no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alchieri, J. C. (1999). Dilemas do Psicotécnico: Exame psicotécnico ou Avaliação psicológica? *Anais do VIII Congresso Nacional de Avaliação Psicológica*. Porto Alegre, 208- 215.
- Almeida, L. S.; Prieto, G. Muniz, J. & Bartram, D. (1998) O Uso dos Testes em Portugal, Espanha e Países Ibero-americanos. *Psychologica*, 20, 27-40.
- Alves, R. (1999). *Filosofia da ciência - introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Loyola.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Azevedo, M. M.; Almeida, L. S.; Pasquali, L. & Veiga, H. M. S. (1996). Utilização dos Testes Psicológicos no Brasil: dados de estudo preliminar em Brasília. In: L. S. Almeida; S. Araújo; M. M.

Gonçalves; C. Machado & M. R. Simões (orgs.). *Avaliação Psicológica: formas e contextos*, vol. IV (pp.213-220). Braga, Portugal: APPORT.

Botomé, S. P. (1993). *O problema da Pesquisa em Ciência*; Características e origem como partes integrantes e definidoras do processo de fazer Ciência. *Veritas: Porto Alegre*, 38, 152 dez, p. 625-633.

Butcher, J. M. (2000). Revising Psychological Tests; lessons learned from the revision of the MMPI. *Psychological Assessment*, 12(3), 263-271.

Cabral A & Nick, E. (1997) *Dicionário Técnico de Psicologia*. Cultrix: São Paulo.

Carelli, A. (1975). Serviço de ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana e seu papel na introdução e desenvolvimento da Psicologia aplicada ao Trabalho no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 26 (69), 111-114.

Cronbach, L. J. (1996). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 5ª edição.

Cruz, R. M., Sardá, J. J & Alchieri, J. C. (2002) *Avaliação e Medidas Psicológicas* Produção do Conhecimento e da Intervenção Profissional (p. 15-24). Porto Alegre: Casa do Psicólogo.

Cruz, R. M. (2002). O Processo de conhecer em Avaliação Psicológica. In: Cruz, R. M., Sardá, J. J & Alchieri, J. C. *Avaliação e Medidas Psicológicas*: Produção do Conhecimento e da Intervenção Profissional (p. 15-24). Porto Alegre: Casa do Psicólogo.

Cunha, J. A. (Org.) (2000). *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Chaplin, J.P.(1981) *Dicionário de Psicologia*. Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Flach, E.; Schneider, A C & Alchieri, J C (2003) *Avaliação psicológica no Brasil: a primeira metade do século XX*

Guzzo, R. S. L. & Pasquali, L. (2001). Laudo Psicológico: a expressão da competência profissional. In: L. Pasquali (org.). *Técnicas de Exame Psicológico - TEP - manual*, volume I: Fundamentos das Técnicas Psicológicas (pp. 155-170). São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia.

Hoffmann, M. H. & Cruz, R. M. (2003) Síntese histórica da Psicologia do Trânsito no Brasil. In: Hoffmann, M. H., Cruz, R. M. & Alchieri, J. C. *Comportamento Humano no Trânsito*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo.

Hutz, C. S. & Bandeira, D. R. (1993). Tendências Contemporâneas no Uso de Testes: uma análise da literatura brasileira e internacional. *Psicologia: reflexão e crítica*, 6(1/2), 85-101.

ITC - International Test Commission (2001). Diretrizes internacionais para el uso de los tests. Disponível em *www.cop.es*. Acessado em 02/05/2001.

Link, N. L. H. (1999). Coding Thematic Apperception Test: responses using Rorschach determinants associated with Adlerian definitions of movement. *Dissertation Abstracts International*, 60 (6-B), 2950.

Muniz, J (Org.). (1996) *Psicometria*. Madrid. Universitas.

Noronha, A. P. P. (1999). *Avaliação Psicológica Segundo Psicólogos: usos e problemas com ênfase nos testes*. Tese de Doutorado não publicada. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Noronha, A. P. P. (2001). Análise de Coeficientes de Testes de Inteligência Publicados no Brasil. *Psico*, 32(2): 73-86.

Noronha, A. R R, Alchieri, J. C. & Primi, R. (2001). Elaboração de um sistema de referência nacional sobre instrumentos de avaliação psicológica: implantação de uma base de dados relacionai sobre os testes psicológicos comercializados no Brasil. *Projeto de Pesquisa financiado pela FAPESP* Processo 2001/13.736-8.

Noronha, A. P. R; Sartori, F. A.; Freitas, F. A. & Ottati, F. (2001). Informações contidas nos manuais de testes de inteligência. *Psicologia em Estudo*, 6(2): 101-106.

Noronha, Primi & Alchieri, (no prelo) Parâmetros psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil. Submetido a publicação *Psicologia: Ciência e Profissão*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF.

Oakland, T. (1999). Developing Standardized Tests. In: S. M. Wechsler & R. S. L. Guzzo (orgs.). *Avaliação Psicológica - perspectiva internacional*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 101-118.

Pasquali, L. (1997) *Psicometria: teoria e aplicações*. Unb: Brasília

Pasquali, L. (1999 Org.). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM / IBAPP.

Pasquali, L. (2001). *Técnicas de Exame Psicológico (TEP) Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia, p.195-221.

Pasquali, L. (1996) *Teoria e métodos de medida em ciências do Comportamento*. Unb/Finep: Brasília.

Pasquali, L.; Alchieri, J. C. (2001). Testes Psicológicos no Brasil. In: *Técnicas de Exame Psicológico (TEP) Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia, p. 195-221.

Prieto, G. & Muniz, J. (2000). *Um modelo para evaluar la calidad de los tests utilizados em Espana*. Disponível via world wide web: <http://www.cop.es/tests/modelo.htm>, Data de acesso: 4/12/2000.

Severino, A. J. (1994). *Filosofia*. São Paulo: Cortez.

Silverstein, M. L.; Marshall, L. & Nelson, L. D. (2000). Clinical and Research Implications of Revising Psychological Tests. *Psychological Assessment*, 12(3), 298-303.

Sillamy, N. (1998) *Dicionário de Psicologia*. Larousse/Artemed: Porto Alegre.

Temas em Avaliação Psicológica é a mais nova coletânea que a editora Casa do Psicólogo oferece a comunidade científica brasileira. Trata-se uma série de livros cuja principal preocupação está em representar e caracterizar os mais significativos avanços da área de Avaliação Psicológica, disponibilizados por professores, pesquisadores e profissionais da área no Brasil.

Sua linguagem objetiva, aliada a profundidade dos conteúdos e das referências, contempla ao leitor, uma revisão indispensável na manutenção de sua informação e na sua atualização profissional. Com uma temática de relevância para as necessidades do cotidiano, para a formação continuada e também no uso junto às disciplinas de Avaliação Psicológica na graduação, procura preencher uma lacuna da publicação técnica da psicologia.

Os organizadores da coletânea se comprometem a oferecer publicações com um impecável nível de qualidade e periodicidade quadrimestral, representando as mais diversas e atuais expressões da Avaliação Psicologia no Brasil.

ISBN 978-85-7396-242-0

